

Revista

ENFRENTAMENTO!

Movimento Autogestionário



Já estou aqui pensando há horas, tentando encontrar alguma alternativa para mudar o mundo. Votar nos políticos não dá mais, pois o Estado só oprime o povo.

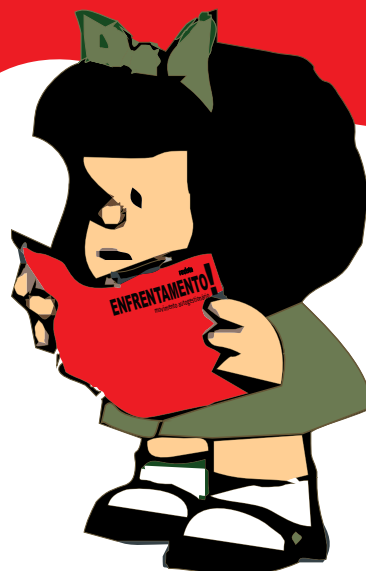
Entrar num partido político não dá mais, pois os partidos querem conquistar o poder de Estado e o Estado só oprime o povo.

Entrar num sindicato também não dá mais, pois os sindicalistas só controlam e dirigem os trabalhadores, não querem sua verdadeira libertação.

11

ISSN 1983-1684

Vou ler a Revista Enfrentamento, ouvi dizer que há discussões interessantes sobre Autogestão, Auto-organização, crítica do Estado, partidos e sindicatos!!!”



ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL
Movimento Autogestionário

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva de quem os assina e não expressa, necessariamente, a concepção do conselho editorial ou do movimento. Textos devem ser enviados para o endereço eletrônico revistaenfrentamento@yahoo.com.br

Os textos devem ser enviados em preferencialmente formato ".rtf", podendo ser em ".odt" ou ".doc", com o máximo de 10 páginas. As margens devem estar formatadas com 2cm. Fonte Times New Roman, tamanho 18 para o título, 16 para subtítulos, 12 para autor, 12 para corpo do texto, 11 para citações maiores de 3 linhas e 10 para notas. O espaçamento deve ser de 1,5.

O corpo editorial publicará os textos que considerar coerentes com a perspectiva do movimento.

Corpo Editorial

José Nerivaldo P. da Silva

Lucas Maia

Mateus Vieira Orio



Personagem Mafalda, de Quino.

Intervenções na Arte com frases por Lucas Maia.

Sumário

EDITORIAL CRÍTICO: UMA ATUALIZAÇÃO DA MÁXIMA "AUTOGESTÃO SOCIAL OU BARBÁRIE"	004
O NOVO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL <i>Nicos Zagorakis</i>	007
OBSERVAÇÕES CRÍTICAS SOBRE OS CONCEITOS DE FETICHISMO E ALIENAÇÃO EM J. HOLLOWAY A PARTIR DA LEITURA DE KARL MARX <i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	015
CONSELHISMO E BORDIGUISMO <i>Lucas Maia</i>	030
A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA <i>Lisandro Braga</i>	044
DAS GREVES ISOLADAS À GREVE GERAL E DE OCUPAÇÃO ATIVA <i>Edmilson Marques</i>	058
A TEORIA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA EM OTTO RÜHLE <i>Nildo Viana</i>	073
DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MOVAVT	089
Nota Introdutória: entendendo o contexto	090
Inventar novas formas de luta: por uma ação além do sindicato	092
Para ampliar a luta: intensificar a greve dos trabalhadores em educação	094
A greve na educação e a autonomia dos professores	096
O SINTEGO – estratégia de uma política decadente	098

EDITORIAL CRÍTICO: UMA ATUALIZAÇÃO DA MÁXIMA “AUTOGESTÃO SOCIAL OU BARBÁRIE”

Como já dissemos em outro momento, “diante da barbárie e do tédio da sociedade moderna, somente o ENFRENTAMENTO é realista”. Vê-se na contemporaneidade explodir em vários lugares do mundo um conjunto de manifestações, revoltas, greves, protestos, movimentos sociais etc. Isto se deve a vários motivos e dentre eles podemos citar, como elemento central, dificuldades de o regime de acumulação integral, etapa atual do capitalismo, em se reproduzir. Tais dificuldades intensificam os processos de exploração das classes trabalhadoras, aumentam o desemprego de forma absoluta, precariza a existência como um todo das classes trabalhadoras, faz expandir de forma exponencial a lumpemproletarização pelo mundo inteiro, bem como intensificam a repressão aos pobres e aos movimentos sociais etc.

Tais características vão conduzindo a um processo de organização das classes trabalhadoras como resposta às imposições do capital. São justamente nestas respostas que é possível perceber uma ascensão das lutas de classes. Grécia, Itália, Portugal, Inglaterra, França; Argentina, México; Síria, Egito e a famosa primavera Árabe. Vários outros conflitos de menor intensidade espalhados pelo mundo inteiro só atestam esta afirmação. Cada país e cada região do globo com suas determinações próprias, suas características singulares expressam, do ponto de vista global, readequações no regime de acumulação integral. Os reajustes neoliberais se radicalizam na Europa, a lumpemproletarização avança a passos largos nos Estados Unidos. Nos países de capitalismo subordinado (América Latina, África, Sudeste Asiático, Leste Europeu, Oriente Médio etc.) há um crescimento considerável deste processo e isto agrava uma situação que já era por demais precária.

O mundo ferve.

Isto abre brechas perigosas para o destino da humanidade. É impossível hoje ao capital retomar os padrões de acumulação que o

sustentaram durante o período pós-segunda guerra até aproximadamente a década de 1980. A estabilidade do Estado de Bem-Estar-Social já não é mais possível. Durante os anos de 1980, 1990 e 2000, o regime de acumulação atual, o capitalismo conseguiu manter a acumulação num nível de estabilidade regular. Isto também já não parece ser mais tão fácil e as crises, reajustes etc. o demonstram.

Quais possibilidades se abrem no horizonte da história?

Do ponto de vista do capital, duas possibilidades se colocam de forma muito cristalina: a) fascismo; b) guerra imperialista. A primeira possibilidade já começa a se aclarar em vários países e isto pode ser evidenciado, por exemplo, no crescimento eleitoral da extrema direita na Europa, Estados Unidos etc. O capital, para manter-se como tal, apela a qualquer meio e a retomada do fascismo como regime político é uma possibilidade real. A segunda possibilidade é muito mais dramática, mas não menos provável. A destruição de forças produtivas por meio da guerra imperialista é uma promissora possibilidade de retomada da acumulação. O Capitalismo de Guerra é um recurso utilizado constantemente pela classe capitalista para evitar que a tendência declinante da taxa de lucro chegue a níveis drásticos. Uma guerra é uma ótima fonte de lucros, pois: a) movimentam a indústria bélica; b) destrói forças produtivas (fábricas, campos) cidades etc. Após tudo destruído, é necessário reconstruir e aí há a possibilidade de retomada da acumulação.

Ou seja, do ponto de vista do capital, a retomada do processo de acumulação é uma via bastante sinistra para a história da humanidade. Esta possibilidade expressa tão somente o ponto de vista burguês, no qual a classe capitalista mantém-se como senhora da produção e da sociedade como um todo.

Uma outra possibilidade, contudo, se alinha no horizonte... Aquela que expressa a perspectiva da classe operária e demais classes e grupos oprimidos da sociedade. Assim, o velho-novo conflito entre capital e trabalho coloca a humanidade diante da encruzilhada na qual a AUTOGESTÃO SOCIAL ou a BARBÁRIE são duas possibilidades muito reais.

A barbárie (fascismo, guerra) é a alternativa da burguesia. O comunismo ou Autogestão Social é a alternativa do proletariado.

As duas tendências se mostram fugídias para o futuro: qual tendência queremos reforçar? Este ENFRENTAMENTO tem o claro objetivo de se colocar do lado das lutas proletárias e estas já pululam por todos os lados. Assim, é necessário que todos os grupos, coletivos organizados, indivíduos revolucionários, camadas oprimidas, classes exploradas etc. se coloquem como uma antípoda da perspectiva do capital. Isto não é uma necessidade moral, é uma contingência do momento. Não se trata de maniqueísmo político, mas sim de luta de classes.

A AUTOGESTÃO SOCIAL deixa de ser uma escolha para se tornar a grande tarefa, a grande obra da humanidade.

O novo movimento revolucionário mundial

Nicos Zagorakis¹

Um novo movimento revolucionário mundial está prestes a emergir. Muitos considerariam tal afirmação uma profecia otimista de um militante ansioso pela transformação radical das relações sociais existentes. Esta consideração não é totalmente falsa. Ela é verdadeira pelo menos no sentido de que os conservadores nunca percebem a emergência do processo subterrâneo da revolução social. Os militantes ansiosos pela ruptura radical já tendem a ver em qualquer mobilização um processo semelhante às grandes empreitadas do movimento revolucionário do proletariado de outrora.

Descartar a percepção conservadora da contemporaneidade é o primeiro passo, pois para os conservadores não há história, embora tenha existido algum dia, como colocava o filósofo da revolução burguesa tardia, Hegel. O máximo que a consciência burguesa pode perceber nas lutas subterrâneas que preparam os períodos revolucionários é a superfície da ação, é o que está visível pela aparência, tal como a rainha que viu os esfomeados pedirem pão e não entendeu e por isso sugeriu que se alimentassem de brioques.

Descartar a percepção burocrática da contemporaneidade é o segundo passo, pois para os burocratas aquartelados em partidos, sindicatos, empresas, universidades, Estado, a história existe apenas quando é controlada e dirigida por eles. É assim que Lênin e Trotsky, ideólogos da revolução burguesa de Estado, pensam a história: “como fizemos a revolução”, “como faremos a revolução”, sempre eles, os dirigentes, que fazem a história. Porém, dirigentes precisam de dirigidos e por isso precisam repetir o eterno engodo da “crise final do capitalismo”. Se não há seres passivos para serem dirigidos, é preciso agitá-los com palavras de ordem, medo, para que procurem o seu dirigente, tal como as ovelhas seguem o seu pastor.

Desenvolver a percepção otimista militante, aquilo que Ernst Bloch

¹ Artigo extraído do livro *O Novo Movimento Revolucionário Mundial - Ensaios para uma nova política revolucionária*, de Nicos Zagorakis.

teve o grande mérito de teorizar como a *consciência antecipadora*, aquela que vê à frente do nariz e além do horizonte, é uma necessidade. A velha toupeira faz um trabalho inaudível para os surdos e invisível para os cegos. Uns se preocupam apenas com quantidade. Na luta tem quantos trabalhadores com consciência revolucionária? Cerca de dez a cada 10 mil? Então é uma classe ainda dominada pela burguesia! Ledo engano! Isto é devido ao caso de que há dez anos havia um para cada 10 mil. Matematicamente isso quer dizer que aumentou, proporcionalmente, muito, mas em relação ao total, os 10 mil, muito pouco. Deixemos a matemática para os matemáticos, que nada sabem de revolução. A questão é que houve um aumento e isso não ocorre casualmente, existe um processo que engendra isso. Aí é que entra a consciência revolucionária, atenta não apenas ao mundo aparente e aos ventos lentos do dia e sim ao processo subterrâneo e vulcânico que gera uma explosão e varre a terra como uma tempestade de fogo ao invés de ar e água. Os ventos mudam seu humor de acordo com determinados processos físicos, tal como a população. Não enxergar isso é comum para os ideólogos e apologistas da ordem, mas não para os revolucionários.

Isso não quer dizer que aqueles que possuem consciência revolucionária devem pensar que a revolução será, literalmente, amanhã, a não ser que haja indícios para tal. Que qualquer coisa significa “crise final do capitalismo” ou “início da revolução”. O correto é buscar estar atento aos indícios revolucionários. O que são estes indícios? São sinais, processos, acontecimentos, que ocorrem e reforçam a tendência do processo revolucionário, armando um período de lutas mais radicais e que prometem uma nova onda de revoltas e revoluções. A percepção desses indícios depende dos acontecimentos e, também, da capacidade perceptiva de entender as suas tendências. É aí que entra o papel do teórico revolucionário no sentido de desvendar as possibilidades futuras.

Existem hoje “indícios revolucionários”? Observando a história recente do capitalismo, é possível perceber que as lutas sociais, os processos conscientes e as contradições de classes e outras estão mais

profundas. Sem dúvida, em alguns lugares a luta se radicaliza e é mais intensa. Nos últimos anos, desde 1990, há a emergência de lutas mais amplas e radicais que em épocas anteriores e da calmaria de parte dos anos 1970 e 1980. Depois das lutas do final de 1960, em países como França (o maio de 1968 com as lutas estudantis e operárias), Alemanha, Itália, até o início da década de 1970 (Portugal e Itália) há um processo de refluxo do movimento revolucionário. As lutas mais radicais, tal como na Polônia no início da década de 1980, foram quantitativamente poucas. Somente a partir do aumento geral da exploração dos anos 1990 é que eclodiram novas lutas radicais, principalmente em seu final e início da década seguinte. México, Argentina, Bélgica, França, Grécia e muitas outras. Novos conflitos emergem e a repressão é a resposta em grande parte das vezes. Isto é um indício revolucionário. As lutas no México não acabaram. Os avanços na consciência e organização, por mais limitados que tenham sido, colocaram uma nova emergência de luta num patamar mais elevado e com mais velocidade. O mesmo ocorre em outros casos. As revoluções, já dizia Marx, avançam, recuam, superam a si mesmas.

As lutas realizadas, mais radicais em alguns lugares, mais explosivas em outros, marcam um avanço e é um indício de que há uma tendência de radicalização reforçada também por outro indício: o problema da acumulação capitalista, as crises financeiras, o neoliberalismo, o aumento da exploração, da fome e da miséria. E nada mostra que o capitalismo encontrou uma solução definitiva para isso e outro indício derivado é o caráter cada vez mais repressivo do Estado capitalista, e sua face repressiva, por sua vez, aumenta a revolta social. As instituições burguesas cada vez mais entram em crise de legitimidade, tal como o Estado, os partidos, os sindicatos, entre outras. Outro indício.

Juntamente com isso tudo, uma radicalização também no nível das idéias. Basta ver que um pensador como Paul Mattick ou Anton Pannekoek, ilustres desconhecidos da cultura acadêmica burguesa e dos movimentos sociais reformistas e das organizações burocráticas que dizem representar os trabalhadores, começaram a ser resgatados, sob

formas diferentes, muitas vezes mal interpretados e adaptados, pois isso tudo faz parte da luta intelectual de recuperação burguesa e recuperação proletária. O anarquismo, que havia ficado na penumbra por muito tempo, começa a se reerguer a partir deste período, com ambigüidades, problemas, mas ajudando a criar um campo revolucionário anti-estatista, antiparlamentar, que reforça a crise de legitimidade das instituições burguesas. Este é outro indício revolucionário.

Em algumas regiões do mundo, a luta intelectual avança mais que em outras, em alguns lugares ganha em quantidade, em outros em qualidade. Não é isso o mais importante. O importante é ver esse processo de gestação de uma cultura revolucionária que tende, nos seus embates e ambigüidades, criar conflitos intelectuais que vão intervir na realidade e prática cotidiana de militantes e população, e com as demais tendências tende a se radicalizar, proporcionando a superação do ecletismo reinante e assim tornando-se uma força mais decisivamente revolucionária.

Todo esse processo não é algo mecânico, evolutivo e com um rumo certo. É uma tendência, e entre as várias tendências, somente os esotéricos acreditam em algo além das ações humanas históricas e sociais, concretas. O marxismo é uma teoria das tendências sociais, como já colocava Bloch. Não há espaço para determinismo, reprodutivismo, imobilismo, numa concepção marxista. A luta é cotidiana, mas existem várias lutas, reforçando as diversas tendências existentes. Abandonando o esoterismo espontaneísta e abandonando o burocratismo vanguardista, é preciso reforçar a tendência que queremos concretizar, que constitui nosso projeto revolucionário. Se desde a “associação dos produtores” (Marx), o “sistema dos conselhos operários” (Ruhle), a autogestão social (Maio de 1968), o que queremos é a sociedade comunista, então essa é a tendência pela qual devemos batalhar.

As nossas armas são a luta intelectual contra as ideologias (da direita e da suposta esquerda em seus diferentes matizes) e as idéias dominantes em geral, por um lado, e ações e intervenções em movimentos sociais, instituições burguesas, meios de comunicação, lutas populares.

Contudo, não basta apenas lutar, é preciso saber lutar. A unidade teoria-prática é fundamental para que os resultados de nossa ação não sejam trágicos, ou seja, não sejam diferentes daquilo que projetamos.

A luta intelectual deve ser no sentido de proporcionar avanços teóricos, no sentido mais profundo, e culturais. No primeiro plano, o que vale é uma compreensão teórica da sociedade contemporânea, da dinâmica capitalista e suas contradições, das experiências revolucionárias e suas fraquezas, das ideologias e suas falácias, na elaboração de reflexões sobre ações revolucionárias e sobre a sociedade do futuro e os meios para se chegar a esta através da sociedade presente.

As ações e intervenções devem ser refletidas e reavaliadas a cada momento, proporcionando maior eficácia, menos prejuízos, maior colaboração com a luta proletária. Esta luta é também intelectual, realizando um processo constante de crítica, autocrítica, anticrítica, onde não deve ser a vaidade intelectual pessoal o motor da polêmica e sim o objetivo final, a revolução proletária. Neste sentido, as ações e intervenções práticas devem estar articuladas com a luta intelectual e um deve lançar luzes sobre o outro, criando a unidade teoria-prática.

No aspecto intelectual, é preciso superar os ecletismos e as influências das ideologias burguesas nos setores potencialmente revolucionários da sociedade, ou seja, junto aos trabalhadores, juventude, grupos oprimidos. A autonomia metodológica do marxismo, tema já desenvolvido por Korsch e outros, é uma necessidade. Ao lado disso, o desenvolvimento da teoria revolucionária é outro passo importante, no qual os devaneios individuais devem ser evitados e criticados, pois muitas mentes insatisfeitas e potencialmente revolucionárias, por despreparo e por infantilidade ao desacreditar a importância da teoria e das produções revolucionárias anteriores, querem reinventar a roda do pensamento revolucionário desconsiderado toda uma rica história de reflexões e lutas condensadas em teorias, fazendo isso de forma incipiente e misturando o pensamento revolucionário com ideologias burguesas, as da moda, principalmente. Esse é o caso nefasto de pensadores e ideólogos que são

influentes atualmente nos movimentos sociais e são apenas repetidores de ideologias burguesas pretensamente críticas e a lista é longa: Foucault, Negri, Lazzarato, Castoriadis, Kurz, Deleuze, Guatari, Mészáros, Holloway, Wood, Chesnais, Zizek e uma centena de ideólogos ecléticos, conservadores, reformistas ou bolchevistas. Figuras intelectuais cinzentas, sem graça e sem força que se fortalecem como os vampiros, sugando o sangue e se fortalecendo ao mesmo tempo que enfraquecem suas vítimas, os crédulos e novos crentes, adeptos não de uma coerência e firmeza revolucionárias, mas dos modismos e fraqueza intelectuais, já que pouco disponíveis a pesquisas mais profundas para saber que os “novos ídolos” são apenas versões modernizadas de velhas ideologias conservadoras, por mais “revolucionários” que possam parecer.

Assim, não é preciso destes falsos ídolos para reforçar o pensamento revolucionário. Desde Marx, passando por uma diversidade de teóricos revolucionários, é visível uma forte produção intelectual que formam uma base suficiente e autônoma de pensamento sem ter que recorrer aos ídolos de papel. Claro também é que é fundamental não cair no erro oposto do dogmatismo que endeusam os pensadores do passado sem ter em mente o presente. As obras de Marx, Pannekoek, Korsch, Bloch e outros que estão sendo resgatados são fundamentais e devem ser retomados, mas também atualizados, aprofundados, desenvolvidos e não somente repetidos como se fossem a verdade revelada. As interpretações e avaliações do pensamento revolucionário devem sempre ser contextualizadas. A contextualização é um ponto necessário, pois idéias válidas numa época podem não ser em outra, ou elementos não visíveis numa época podem ter se clarificado em outra e não dá para se apegar ao que foi dito num contexto histórico e torná-lo de validade universal.

A obra de Korsch, por exemplo, é uma das mais ricas contribuições ao pensamento revolucionário. Porém, descontextualizando e validando tudo o que ele disse chegamos apenas ao dogmatismo e retirada do caráter revolucionário que sua obra pode oferecer. O exemplo do livro *Marxismo e Filosofia* é fundamental nesse sentido. A obra de Lênin foi

colocada como sendo revolucionária e somente na *Anticrítica* é que foi colocada como sendo não-revolucionária. Lênin era revolucionário e deixou de sê-lo? Claro que não, era Korsch que não percebia que Lênin não era revolucionário e depois passou a perceber. Assim, os escritos de Korsch sobre Lênin devem ser separados entre a época de sua consciência limitada do leninismo e sua consciência ampliada do período posterior. O marxismo antidogmático apontado por Korsch pode virar dogmatismo nas mãos daqueles que não contextualizam e avaliam criticamente o pensamento em questão.

Outro exemplo é a posição de Pannekoek sobre os partidos. Em certa época, ele foi do partido social-democrata e deixou de sê-lo e passou a fazer a crítica dos partidos. Pegar textos dele de épocas anteriores como se fossem equivalentes é criar uma grande confusão e muitos fazem leitura sem olhar a data da publicação. Além disso, o capitalismo e as lutas sociais mudaram e não há como não considerar isso na análise da realidade, na posição diante dos pensadores revolucionários, nas propostas de ação da atualidade.

O novo movimento revolucionário mundial ainda está em formação. Por isso, os erros do ecletismo e do dogmatismo são comuns e tendem a ser superados. Em alguns casos, já o foram, em outros tende a ser, na maioria, ainda está longe. E isso tem fontes também intelectuais: alguns, para fugir do ecletismo, caem no dogmatismo; outros, para fugirem do dogmatismo, caem no ecletismo. Como superar estes dois riscos? Na verdade, somente uma nova grande síntese revolucionária poderia fornecer as bases para tal superação. A consciência dos perigos para o movimento revolucionário do ecletismo e do dogmatismo já é um avanço nesse sentido. Uma nova atualização da teoria revolucionária com uma percepção mais ampla da dinâmica e desenvolvimento capitalista, das lutas sociais atuais, dos processos totalizantes da sociedade contemporânea, ainda está por surgir, ou talvez esteja germinando em escrivaninhas em qualquer lugar do globo terrestre nesse momento.

Esse pequeno ensaio é uma contribuição modesta nesse sentido e

não pretende ser a necessária teoria revolucionária do momento atual, embora possa ser uma das muitas contribuições que proporcionarão tal reconstituição do pensamento revolucionário. Milhares de outros pensadores estão avançando com o processo de avanço das lutas e assim a nova teoria revolucionária, expressão do novo movimento revolucionário, também, seja no sentido de ser produzida ou, se já o foi (esboços pelo menos já), divulgada e reconhecida. Faz parte da luta e é elemento fundamental dela.

Assim, podemos dizer que há a tendência de emergência de um novo movimento revolucionário mundial e junto com ele uma nova teoria revolucionária, expressão de tal movimento, que realiza a atualização, aprofundamento e renovação das teorias já existentes, um elemento fundamental da luta intelectual pela autogestão revolucionária. Os indícios se concretizarão na realidade.

OBSERVAÇÕES CRÍTICAS SOBRE OS CONCEITOS DE FETICHISMO e alienação em J. HOLLOWAY a PARTIR DA LEITURA DE KARL MARX

Diego Marques Pereira dos Anjos

Introdução

John Holloway é irlandês, mas desde a década de 1990 está radicado no México, de onde vem realizando suas análises sobre a realidade social nas sociedades capitalistas, pretendendo fazer alguns apontamentos sobre o significado da revolução nos dias de hoje. O resgate de Marx, feito por Holloway, é uma expressão de que os conflitos de classe não se encerraram neste início de século, mais ainda, tal resgate demonstra que a radicalização da luta de classes passa pela recuperação de autores que tiveram como objetivo refletir sobre as possibilidades de emancipação da humanidade, mas, ao mesmo tempo, demonstra os limites desse resgate, devido ao próprio sentido que a radicalização dos conflitos sociais assume na atualidade. Portanto, compreender as contribuições desses autores significa tentar dar um passo a mais para estimular a luta social pela emancipação humana.

A ideologia do “fazer” e os conceitos de fetichismo e alienação

Para se compreender os significados que assumem os conceitos de fetichismo e alienação nas obras de Holloway, primeiramente, devemos entender uma idéia particular que este vem desenvolvendo, tal idéia é a de “fazer” ou “fazer útil”. Holloway (2009) desenvolve a idéia de “fazer útil” para substituir a utilização do conceito de trabalho já que a “distinção entre trabalho e outras formas de atividade não existe em qualquer sociedade” sob a justificativa de “que a constituição de “trabalho” como

algo separado do fluxo geral do fazer é resultado de sua abstração” (2011). Holloway afirma então que o significado da ideia do “fazer útil” é expressar que o trabalho abstrato nega a realização do que queremos fazer para passarmos a fazer o que temos que fazer para ganhar dinheiro:

La relación entre el trabajo abstracto y el hacer útil es una relación antagónica. El hacer útil existe en-contra-y-más-allá del trabajo abstracto. Todos estamos conscientes del modo en el cual el hacer útil existe en el trabajo abstracto, del modo en el cual nuestra actividad diaria está subordinada a las exigencias del trabajo abstracto (al proceso de hacer dinero, en otras palabras). Lo experimentamos también como proceso antagónico: como antagonismo entre nuestro impulso hacia la autodeterminación de nuestro hacer (haciendo lo que queremos hacer) y la necesidad de hacer lo que tenemos que hacer para ganar dinero. La existencia del hacer *contra* el trabajo abstracto se experimenta como frustración. El hacer útil existe también *más allá* de su forma como trabajo abstracto en aquellos momentos o espacios en los cuales logramos, individual o colectivamente, hacer lo que nosotros consideramos necesario o deseable. Aunque el trabajo abstracto subordina y contiene el hacer útil, nunca logra subsumirlo totalmente. La abstracción del hacer para convertirlo en trabajo no es algo que se acaba en los albores del capitalismo, sino un proceso constantemente renovado. (HOLLOWAY, 2007, p. 2)

Mais adiante demonstraremos como o desenvolvimento dessa ideia levará a Holloway a realizar uma descontinuidade entre os processos de alienação e fetichismo. Mas para tanto se faz necessário uma crítica à ideologia do “fazer útil”. Para isso, lançaremos a hipótese de que Holloway realiza essa substituição como forma de dá consistência à sua ideia de que o projeto revolucionário na atualidade não é parte da ação de um sujeito histórico-concreto e sim da humanidade vitimizada². O “fazer útil” é, então, o fazer humano criativo-produtivo negado pela abstração do trabalho ou trabalho abstrato e este se realiza nos momentos em que fazemos o que não temos que fazer para ganhar dinheiro.

Aqui podemos fazer duas considerações a essa ideologia.

² No seu mais famoso livro *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje* (2002), John Holloway afirma que a definição do sujeito

Primeiramente, nossa experiência histórica não aponta concretamente o real sentido do “fazer o que queremos fazer”, sendo a sociedade capitalista a totalidade de nossa experiência cotidiana esta atinge a todos os nossos desejos, no nosso mais profundo íntimo, e o fazer o que queremos fazer somente existe como impulso, vontade e que esta mesma é perpassada pelos conflitos e contradições da sociedade opressora que vivemos, como no caso onde o fazer o que queremos fazer implica na destruição ou subordinações de outros. Por isso, a realização histórica do nosso fazer o que queremos fazer é tão-somente parte da realização concreta da “atividade vital consciente” que reproduz nossa vida e que possibilita nos reconhecermos mutuamente como seres humanos e a nós mesmos, ou seja, aos nossos reais interesses que significam nossa completa realização.

Em segundo lugar, a substituição de um conceito por outro deve se dá para que o novo conceito cumpra a mesma tarefa que o primeiro, isto é, tentar reproduzir mentalmente a realidade social em que vivemos (VIANA, 2007). Como vimos, Holloway se utiliza da noção de “fazer útil” para substituir o conceito de trabalho já que na sociedade capitalista este surge com a abstração do trabalho e pela razão de que nem todas as sociedades realizam a “distinção entre trabalho e outras formas de atividade”, contudo isto não significa que tal separação não exista na realidade social concreta, mas que somente com o processo de conscientização da realidade social e da história, os seres humanos passam a perceber sua existência³, e para o reconhecimento desta situação basta nos atentarmos aos momentos em que mesmo os povos e comunidades mais antigos guardavam para caçar ou pescar e outros momentos que estes povos guardavam para cultivar um elemento da natureza divinizado⁴.

O objetivo declarado de Holloway é, pois, o de desenvolver a idéia de “fazer” já que “não temos um termo muito claro para o contrário do trabalho alienado” (HOLLOWAY, 2009, p. 14); Porém, Holloway assume um posicionamento diferente em seu texto *A crise do trabalho abstrato* (2011),

revolucionário implica na sua subordinação, logo, este deixa de ser revolucionário daí que o “sujeito crítico-revolucionário não é um “quem” definido, mas um “que” indefinido, indefinível e antidefinicional” (2002, p. 220); a consequência desse pressuposto “teórico” é que, estando “todos nós auto-divididos pelo capital”, o antagonismo social coloca em conflito dois grupos de pessoas: “é um conflito entre a prática social criativa e sua negação ou, em outras palavras, entre a humanidade e sua negação, entre a transcendência dos limites (criação) e a imposição de limites (definição)” (HOLLOWAY, 2002, p. 216).

³ À semelhança do conceito de história em que mesmo quando os seres humanos não têm consciência dela esta existe (VIANA, 2007)

⁴ “Nesse largo período da vida pré-agrícola, avaliado em meio milhão de anos, o homem dominara o fogo; aprendera a fabricar instrumentos de

produzido dois anos antes da entrevista, onde ele reconhece que Marx faz uma distinção entre trabalho alienado e o seu oposto “atividade vital consciente”.

Portanto, como o próprio Holloway reconhece, Marx já possuía uma idéia clara para o conceito de trabalho não alienado, livre e que assim ele define nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*:

pois, trabalho, *atividade vital*, *vida produtiva*, agora aparecem ao ser humano apenas como *meios* para a satisfação de uma necessidade, a de manter sua existência física. A vida produtiva, contudo, é vida da espécie. É vida criando vida. No tipo de atividade vital, reside todo o caráter de uma espécie, seu caráter como espécie; e a atividade livre, consciente, é o caráter como espécie dos seres humanos. A própria vida assemelha-se somente a um *meio de vida* (MARX, s/d, p. 4)

Algumas décadas depois Marx reafirma o caráter do trabalho como atividade vital consciente necessária para a reprodução da espécie humana:

antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1996, p. 297/8)

trabalho que compensaram suas carências físicas com meios de ataque e de defesa, e aumentaram sua eficiência produtiva (...) bem como fantasmagorias, através das quais procurava alcançar segurança emocional em face dos riscos a que estava sujeito e dos quais se tornara consciente, como a dor e a morte (RIBEIRO, 1978, p. 66)

Portanto, como conceito universal que expressa todos os momentos de um ser, no caso a humanidade, o trabalho é “condição natural eterna da vida humana”, é então a atividade vital consciente orientada para a reprodução da vida humana. Não se entende dessa forma qualquer substituição desse conceito, ainda mais quando o substituto transmite uma idéia vaga, abstrata e cheia de ambigüidades. Para se entender essa substituição então devemos entender as conseqüências que ela traz; tal conseqüência é a descontinuidade entre os conceitos de alienação e fetichismo realizada por Holloway.

Marx já tinha percebido que é somente na sociedade capitalista que estão dadas as possibilidades para a emergência do fetichismo:

De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho (MARX, 1996, p. 198).

Logo, para se entender o caráter místico, mágico e fantasmagórico das mercadorias é preciso entender a forma de relação social produtora da própria mercadoria o que significa que esta produz e se reproduz nas relações sociais onde o trabalho se encontra alienado, isso significa que o trabalho já não é uma atividade vital consciente, mas uma imposição, uma realização estranha em que os seres humanos não se reconhecem no que produzem nem tampouco no seu produto:

ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias

mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades (...). Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa (MARX, s/d, p. 3)

Restituindo, trabalho é uma condição da própria natureza humana, é a forma pela qual os seres humanos se relacionam com a natureza transformando-a e transformando a si mesmos; porém, historicamente os seres humanos passam a se relacionar com outros seres humanos passando assim a viver em sociedade, constituindo diferentes formas de relações sociais para se reproduzirem e se inserirem no meio natural ao seu redor, criando assim uma realidade social em constante intercâmbio com a realidade natural; contudo, a reprodução dos seres humanos em sociedade conduz a diferenciadas formas de relações sociais, onde uma das quais são as relações sociais capitalistas que deformam e invertem a atividade vital consciente, transformando-a em trabalho alienado, relação social em que os seres humanos são divididos em classes sociais, onde uma classe (trabalhadora) fica responsável pela produção ao mesmo tempo em que outra classe (os expropriadores) controlam a produção e o produto da produção, nessa relação social a classe trabalhadora não detém para si, nem o processo de trabalho, nem tampouco o seu produto, ou seja, sua atividade e seu produto são um tormento e a objetivação de uma coisa estranha irreconhecível, situação em que se possibilita a emergência de um outro fenômeno na sociedade capitalista, isto é, o fetichismo da mercadoria em que os produtores se vêm diante de uma produção e de um produto que lhe foram retirados, tornando-se místicos e fantasmagóricos, ou seja, os produtores não vêm no que é produzido, e no processo de produção, sua ação, não reconhecendo que foram eles próprios os

produtores e que portanto reflete a sua ação, mas ao contrário, os objetos, as coisas aparecem como dotados de qualidades sociais, relacionando entre si objetos com objetos, não reconhecendo a relação social entre os que produzem.

Fetichismo e alienação segundo John Holloway

Quando Holloway fala de alienação, ele a insere na sua abstração do “Fazer”, ou seja, se utiliza de uma análise concreta sobre o trabalho para a partir daí realizar suas abstrações. Essa estratégia é que dá o caráter de aparente validade das argumentações de Holloway. Assim, para Holloway, o jovem Marx analisa a “autonegação do fazer [...] em termos de 'alienação' ou 'estranhamento’” (HOLLOWAY, 2002, p. 72), sendo a mercadoria a expressão dessa autonegação do fazer; sobre o processo de auto-alienação do produtor durante sua atividade de alienação. Diz Holloway: “A separação do fazer em relação ao feito é, inevitavelmente, a separação do fazer em relação a si mesmo. A produção de um objeto estranho é inevitavelmente um processo ativo de auto-estranhamento” (p. 72); mais uma vez sua abstração do fazer se encolhe entre as afirmações de Marx; sobre o processo de separação do sujeito em relação ao seu produto, que conceituamos como alienação. Segundo Holloway, “a ruptura do fazedor em relação ao feito é a negação do poder-fazer do fazedor” e abstraindo antigas afirmações de Marx, continua Holloway, “a atividade se converte em passividade, o fazer (atividade) em sofrer” (p. 73); e sobre o caráter de ente-espécie dos seres humanos, o autor converte as afirmações de Marx nos Manuscritos: “O termo “vida genérica” ou “ser genérico” refere-se, sem dúvida, ao fluxo social do fazer, ao entrelaçamento material de um “nós” mutuamente reconhecedor” (p. 74); as origens da dominação que para Marx é expressão da criação do trabalho alienado se transforma na “conversão ativa do poder-fazer em

poder-sobre” (p.74).

Portanto, para Holloway, o elemento central na “teoria revolucionária” não é o conceito de alienação, mas sim o conceito de fetichismo que ocuparia o papel fundamental na “crítica que realiza Marx à sociedade capitalista” (p. 83), daí a transição e ênfase dada por Holloway a esse fenômeno. Para desenvolver suas argumentações sobre fetichismo, Holloway recorre a Marx em seu trabalho *O Capital* (1996), pois segundo Holloway trataria a questão da apropriação do produto do trabalho pelo não-trabalhador “não como 'alienação', mas como 'fetichismo'” (p.77).

Embora Holloway relacione a existência do fetichismo ao trabalho auto-alienado produtor de mercadorias, o fato é que aos poucos Holloway vai se distanciando da base real que possibilita a existência do fetichismo; O que precisamos relevar é que tal fenômeno decorre justamente da existência da alienação do trabalho na sociedade capitalista, portanto, é determinada forma de relação social que possibilita sua emergência. Os meios que Holloway se utiliza para realizar a descontinuidade entre alienação e fetichismo são a negação da categoria da totalidade, abstração e generalização analítica.

A argumentação de Holloway se dá no sentido de pretender demonstrar como o fetichismo da mercadoria representa a “penetração do poder-sobre capitalista no núcleo de nosso ser” (p. 80)⁵ pervertendo todas as dimensões das relações sociais, daí que para Holloway “mesmo que em *O Capital* Marx se concentre na crítica da economia política, não existe razão alguma para pensar que o fetichismo se estenda só à esfera analisada pela economia política” (p. 80). Para Holloway, as relações sociais fetichizadas “não o são só aparentemente, mas são realmente relações entre as coisas” na medida em que “as coisas (o dinheiro, o capital, as máquinas) se convertem em sujeitos da sociedade, as pessoas (os trabalhadores) se convertem em objetos” (p. 83). Para além da noção de que o fetichismo impede os seres humanos de perceberem as coisas como criação sua, portanto derivadas de determinadas relações sociais, e sim como coisas dotadas de qualidades sociais e externas aos seres

⁵ Já nos manuscritos econômicos filosóficos Marx compreende a questão da alienação do trabalho como determinada forma de relação social historicamente determinada, isto é, o trabalho alienado como forma de relação social está inserido numa multiplicidade de determinações entre elas a fonte do poder, origem de problemas mentais, desigualdade, não reconhecimento dos outros seres humanos, etc., logo tal

humanos o que importa a Holloway, é refletir sobre como as formas fetichizadas das relações sociais expressam a aparente impossibilidade da revolução, pois segundo ele, o fetichismo explica como as pessoas não somente aceitam as misérias capitalistas, como também participam na sua reprodução:

A inocência do nosso fazer, de nosso poder-fazer, se converte em uma participação culpável no exercício do poder-sobre. Aqui não há sujeito puro, impaciente, revolucionário, mas humanidade vitimizada. Todos estamos profundamente envolvidos na construção da realidade identitária e esse processo é a construção de nós mesmos (HOLLOWAY, 2002, p. 109).

Para se compreender o processo crescente de fetichização das relações sociais, Holloway pretende superar a concepção “dual de classe” existente no que ele chama de a “tradição marxista positivista” (Lênin, Gramsci, Mao, etc.); o que se pretende é demonstrar que o processo de fetichização é responsável pela constituição de um “‘nós' fragmentado”, pela instituição do poder-sobre em todo “nosso interior” (p. 90).

No início do livro, Holloway admite que seu ponto de partida é a constituição de um “nós”, de um “nós antagônico que surge de uma sociedade antagônica” (p. 14). Esta é a base da crítica de Holloway à concepção dual de classe, que segundo o autor traz duas problemáticas: primeiramente, entende tal relação, entre trabalhador e capitalista, como uma “relação externa” onde ambos os lados se mantêm “intactos em seus aspectos essenciais”, existindo um lado bom (classe trabalhadora) e um lado ruim (capitalistas). A questão da revolução, dentro dessa concepção, trata-se de uma problemática organizacional, de como os que têm as idéias corretas devem iluminar a classe trabalhadora, “eles” que precisam da revolução; uma segunda problemática da concepção dual de classe seria de que ela não daria conta da complexidade do mundo, compreendendo as classes sociais de “maneira imediata”, tal concepção não consegue compreender as “complexidades das conexões sociais”, o que resultou na

afirmação de Holloway já se mostra infundada.

secundarização de muitos conflitos sociais tidos como não-classistas.

Desse modo, embora Holloway admita a necessidade de se pensar a problemática da revolução inserida na relação entre os que se apropriam do “feito” e os “fazedores”, o que na verdade resulta numa crítica limitada, pois, como veremos, Holloway mantêm uma concepção dual de classe através do que ele chama de conflito binário entre fazer e o feito, o que se evidencia é que Holloway se abstrai dessa relação fundamental e amplia tal relação antagônica que no seu entendimento perpassa a toda a “humanidade vitimizada”. É nesse sentido que se pode compreender sua argumentação da importância fundamental do fetichismo, demonstrando que

a evidência acumulada de uma separação entre a “classe trabalhadora” como um grupo identificável empiricamente e as formas mais impressionantes de rebelião minou aos poucos a idéia de que se deveria compreender o capitalismo em termos de antagonismo de classe [...] A separação entre o fazer e o feito [...] não é só um simples antagonismo entre os fazedores e os que se apropriam do feito [...] Porque a revolução não se produziu não é um problema “deles”, mas um problema de um 'nós' fragmentado (HOLLOWAY, 2002, p. 89-90).

Assim, o conceito de fetichismo em Holloway serve para demonstrar que a revolução não é tanto uma decorrência da luta de determinada classe, mas sim de toda a humanidade, ou da humanidade vitimizada que está em todos nós. Mas, imediatamente surge a questão: então não há mais classes sociais? Não há grupos de indivíduos que seriam contra a revolução? Nesse momento entramos numa segunda questão da argumentação de Holloway sobre o fetichismo, a problemática da identidade.

Complementado seu ponto de partida de um “nós antagônico”, Holloway afirma que a subjetividade não pode ser definida, defini-la seria uma “tentativa de imobilizar aquilo que é movimento contra ser imobilizado” (p. 45), qualquer tentativa de identificação é, portanto, uma forma de fetichismo, nega o caráter de movimento, a possibilidade do que

é tornar-se a ser o que não é. Contrária à perspectiva que identifica (pessoas, objetos, conhecimento, relações sociais, etc.) “está a perspectiva do fazer, a definição não pode ser mais do que uma postulação evanescente de identidade que é imediatamente transcendida” (p. 101) e por isso ele afirma que é impossível conhecermos a realidade, a crítica se dá no sentido de que somente podemos negar o falso que a realidade representa.

Juntamente com toda forma de identificação, a definição de classes sociais também seria uma definição arbitrária (Holloway, 2002). Nesse sentido, para Holloway, não podemos pertencer a uma classe, pelo simples fato de que o antagonismo de classes existe dentro de nós, ele (o antagonismo) “é um conflito entre a prática social criativa e sua negação ou, em outras palavras, entre a humanidade e sua negação, entre a transcendência dos limites (criação) e a imposição de limites (definição)” (p. 216). Assim, o que caracterizaria tal antagonismo seriam os diferentes níveis em que somos atingidos pelo capital, uns mais, outros menos, formando dois grupos: uma pequena minoria que participa ou aproveita da apropriação e a grande maioria que é objeto dessa apropriação (p. 217). Devido aos limites desse trabalho não podemos fazer aqui uma discussão sobre o real significado das classes sociais, contudo, acreditamos que certos elementos já ficam subentendidos na nossa discussão sobre alienação e fetichismo.

A conseqüência dessa concepção, que se centra no conceito de humanidade, significa que a luta de classes, ou melhor, a luta contra a negação da humanidade, por parte dos oprimidos, é representada pela rejeição, pela resistência diária e não mais um projeto de transformação radical da sociedade capitalista, a luta se torna eminentemente negativa, “anti” é o sufixo que melhor expressa o caráter das lutas (p. 136); é nesse sentido que podemos compreender os exemplos de luta do anti-poder que Holloway destaca: “as municipalidades autônomas em Chiapas, os estudantes da Universidade Nacional Autônoma do México, os estivadores de Liverpool, a onda de mobilizações internacionais contra o

poder do capital dinheiro, as lutas dos imigrantes, a dos trabalhadores em todo o mundo contra a privatização” (p. 220). Ou seja, se abstrai o objetivo concreto da luta de classes, a construção de um projeto real de emancipação humana.

A principal problemática no trabalho de Holloway, resultante de sua descontinuidade entre alienação e fetichismo, é a recusa da possibilidade de existência da perspectiva da totalidade, segundo o autor, se não podemos conhecer a realidade, somente negar sua falsidade, então não é possível termos tal base para o processo de conhecimento, o que resulta em que conhecer se trata de negar a realidade. Se para Marx a perspectiva da totalidade social permite compreendermos a história como história da luta de classes, para Holloway o abandono dessa perspectiva nos leva a compreensão da “história dos que dizem aos outros o que fazer” (p. 51) sendo esta determinada pelas relações de poder, e não por uma multiplicidade de determinações. Para Holloway, a perspectiva da totalidade se baseia na existência de um sujeito histórico onisciente e conhecedor da realidade estável e sem contradições.

Não há forma pela qual possamos conhecer a realidade, não há forma pela qual possamos conhecer a totalidade. [...] A totalidade não pode ser um ponto de vista pela simples razão de que não há ninguém que possa se situar ali: a totalidade só pode ser uma categoria crítica: o fluxo social do fazer. [...] A única verdade que podemos proclamar é a negação do falso. Não existe nada fixo a que possamos apegar-nos buscando segurança: nem a classe, nem a Marx, nem a revolução, nada, salvo o movimento de negação do falso (HOLLOWAY, 2002, p. 150).

Na crítica de Holloway, a perspectiva da totalidade já implica na existência do partido (p.129) e de “declarações absolutistas” (p.131), pois ele não demonstra como tais questões realmente se ligam à perspectiva da totalidade, a não ser pelo caso específico de Lukács que introduziu o partido na sua perspectiva. Em contrapartida, para Holloway a crítica da totalidade propõe pensar o fetichismo no complexo de rede de relações de

poder a qual estamos submetidos, mas tal analogia das relações sociais com uma coisa física não passa de uma mera abstração, não permite compreender a complexidade das relações sociais, daí que tal autor cai numa concepção mecanicista a respeito da relação entre a determinação do trabalho alienado e as relações sociais fetichizadas na sociedade capitalista:

A própria compreensão das relações sociais como caracterizadas por um antagonismo binário entre o fazer e o feito significa que esse antagonismo existe na forma de uma multiplicidade de antagonismos, que existe uma grande heterogeneidade do conflito [...] o fato de que a sociedade capitalista se caracteriza por um antagonismo binário entre o fazer e o feito significa que esse antagonismo existe como uma multiplicidade de antagonismo. A natureza binária do poder (como antagonismo entre poder-fazer) significa que o poder aparece como uma 'multiplicidade de forças' (HOLLOWAY, 2002, p. 68-69).

A recusa da totalidade impede a Holloway de demonstrar as bases concretas de como se dá tal determinação, a única coisa que lhe é possível fazer é inserir o verbo “aparece”, nada mais. Assim, o que Holloway faz é esconder a realidade, e não aparece nada.

Conclusões

Em síntese, estes são os limites da ênfase de Holloway na categoria de fetiche: incompreensão da relação de continuidade entre alienação e fetichismo, abstração e mecanicismo na análise das classes sociais. A questão fundamental é a compreensão da complexa relação existente entre alienação e fetichismo, tal como apontou Marx, e não a centralidade em um desses elementos. Compreender tal relação significa percebermos a existência de uma continuidade entre alienação e fetichismo nas relações sociais que possibilitaram a existência do segundo fenômeno; tal como

demonstrou Marx, é somente nas sociedades capitalistas que se possibilitou a existência desse fenômeno de fantasmagoria dos produtos do trabalho dos trabalhadores; nas relações sociais da Idade Média o forte caráter de dependência pessoal das relações de produção não criou bases sociais para a emergência de tal fenômeno, também não vemos a existência de tal fenômeno nas sociedades patriarcais rurais onde a forma natural dos trabalhos e o valor de uso lhes caracteriza; tampouco existe tal fenômeno numa sociedade de produtores livres onde os produtos do trabalho social são produtos sociais, isto é, produzidos e distribuídos entre os próprios sócios produtores (MARX, 1996). Por fim, a abstração do “fazer” tem como conseqüência fundamental a crítica a um elemento fundamental na teoria marxista, a teoria da consciência; na medida em que a consciência é expressão do ser social e sendo justamente por isso que é aos produtores expropriados que cabe a tarefa de transformação radical do mundo negando suas condições atuais de existência, o que pode fazer o “fazer” abstrato sem conhecer suas relações sociais concretas?

Referências

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**: o significado da revolução hoje. São Paulo: Viamundo, 2002.

_____. Entrevista . In **Sinal de Menos** Ano 1, nº1, 2009. Disponível em: <www.sinaldemenos.org>. Acessado em 19 Setembro 2011.

_____. 12 Teses sobre o anti-poder. Disponível em: <http://deriva.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=59:doz-e-teses-sobre-o-antipoder-john-holloway-&catid=1:latest-news&Itemid=71>. Acessado em: 19 Setembro 2011.

_____. **La crisis del trabajo abstracto**. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/coloquios-y-seminarios/material-de-discusion-para-el-iii-coloquio-internacional-de-teoria-critica-la>>. Acessado em 19 Setembro 2011.

_____. Gente común, es decir, rebelde. Mucho más que una respuesta a Atilio Boron. **En publicación:** *Chiapas*, no. 16. IIEC, Instituto de Investigaciones Economicas, UNAM, Universidad Nacional Autonoma de Mexico, DF, Mexico: Mexico. 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Edição Nova Cultural, 1996.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin-Claret, 2004.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**; s/d. Versão internet, tradução aprimorada.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: Etapas da evolução sócio-cultural. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

VIANA, Nildo. **A Consciência da História**. 2º ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

Conselhismo e Bordiguismo

Lucas Maia

Objetivamos com este texto abordar a relação entre bordiguismo e conselhismo. Apresentamos inicialmente o que é o bordiguismo, sua origem e alguns aspectos de seu desenvolvimento histórico. Em seguida apresentamos os elementos estruturais da concepção conselhistas, para enfim, discutirmos os pontos de concordância, bem como os tencionamentos presentes nas duas abordagens.

A tendência bordiguista constrói-se em torno da militância teórica e prática de Amadeu Bordiga. Bordiga entra no Partido Socialista Italiano – PSI – em 1910. Considerando que o partido estava abandonando sua posição socialista, funda uma ala denominada “*marxistas intransigentes*”. Sempre em oposição ao que denominava de direita do partido, Bordiga desenvolve sua militância num clima de oposição, mas ao mesmo tempo de busca em evitar ao máximo a criação de fração dentro do partido. Isto não impediu, contudo, que em 1912, um conjunto considerável de militantes que estava em torno dele saísse em bloco do PSI. Criou por esta época O “*Círculo Socialista Karl Marx*”. O curioso é que a ala reformista em 1914 sai em bloco do partido e ele retorna assumindo cargos de direção (Bourrinet, 2007).

Em 1918, a tendência “*marxismo intransigente*” de Bordiga une-se à tendência “*comunista abstencionista*”, formando uma importante ala dentro do partido. Em 1921 funda-se o Partido Comunista Italiano – PCI, como seção da III Internacional. Bordiga entra para o partido e irá exercer grande influência no desenrolar das atividades e concepções do PCI. Como membro do partido, dentro da Internacional Comunista, Bordiga defendia a todo custo a permanência do partido dentro do seio da Internacional, pois acreditava que a única forma de articulação internacional do movimento revolucionário do proletariado passava por ali. Não concebia um movimento revolucionário sem partido e nem sua articulação mundial sem a Internacional⁶.

⁶ Para uma análise da

Bordiga defendeu o partido durante toda sua vida como a única organização capaz de conduzir o proletariado rumo à revolução: “O verdadeiro instrumento da luta de libertação do proletariado, e primordialmente da conquista do poder político, é o *partido de classe comunista*” (Bordiga, 1981, p. 185a) (grifos no original).

Apesar de defensor de várias teses de Lênin, foi um caloroso crítico quando este buscava impor suas concepções acerca da revolução russa para outros países, principalmente na Europa. Bordiga foi criticado no panfleto “*O Esquerdismo: doença infantil do comunismo*” de Lênin, pois defendia o abstencionismo. Procurou a todo custo diferenciar-se tanto dos autores que vinham na esteira da organização conselhistas dos trabalhadores na Alemanha, Holanda e na própria Itália, como também dos anarquistas em sua crítica ao parlamentarismo. Afirmou na sua polêmica com Lênin no II Congresso da III Internacional:

Enfim, desde que se reconheceu as teses por mim propostas apóiam-se em princípios puramente marxistas e não têm nada em comum com os argumentos anarquistas e sindicalistas contra o parlamentarismo, espero que sejam votadas pelos companheiros antiparlamentaristas que as aceitam em bloco e no seu espírito, endossando as considerações marxistas que lhes servem de base (Bordiga, 1981, p. 198b)

Nestes dois pontos vemos as aproximações e distanciamentos profundos entre os conselhistas e as posições de Bordiga. Se Bordiga era abstencionista, os conselhistas também o eram. Ambos viam no parlamento burguês nada mais que a representação do poder burguês. Tanto para fins de transformação, como defendia a social-democracia, como para fins de propaganda, como defendia o bolchevismo, a atuação no parlamento era essencialmente contra-revolucionária. Diria Bordiga, sobre a constituinte:

É uma assembléia nacional, eleita, se quisermos, por ampla margem de votos, que, como tem função legislativa, é chamada a discutir e estabelecer uma nova constituição política do estado. *Trata-se da ampliação máxima do conceito burguês de soberania popular* (Bordiga, 1981, p. 178a) (Grifos meus).

Posição semelhante pode ser observada, por exemplo, em Anton Pannekoek, uma das maiores expressões do comunismo de conselhos, quando em sua obra “*Os Conselhos Operários*”, criticando a ideologia e a prática da democracia, afirma:

El sufragio univesal que ya no esta limitado artificialmente les sirve de portavoz. Todo grupo de defensa de nuevos intereses puede influir en el sistema legislativo, según su importancia y su fuerza. *De este modo, la democracia parlamentaria es la forma política que conviene al capitalismo, tanto en sus comienzos como en el curso de su desarrollo* (Pannekoek, 1977, p. 198/199). (grifos meus)

E logo à frente, sobre os parlamentares, guardiães da democracia, afirma:

Se acostumbran con a ser los guardianes de dichos intereses y a tratar dichos problemas con la visión de la sociedad existente. Se convierten en políticos profesionales que, como los otros partidos, forma un poder aparte, casi independiente, por encima del pueblo (Pannekoek, 1977, p. 199)⁷

A posição dos conselhistas com relação ao parlamentarismo é bastante clara, visto que estes o vêem como única e exclusivamente um palco da luta política burguesa, devendo ser, portanto, completamente rejeitado pelo proletariado quando em luta. De qualquer forma, há neste aspecto uma confluência entre a posição de Bordiga e dos conselhistas. Com relação ao segundo aspecto, o partido político, há um total

⁷ Tese semelhante pode ser encontrada em Ruhle (2007), Wagner (2007), bem como em vários outros autores conselhistas.

antagonismo entre as duas concepções. Bordiga o defendeu até o fim de sua militância, já os conselhistas se constituíram enquanto tal negando completamente os partidos: social-democratas, bolcheviques e todos os outros.

O relacionamento entre Bordiga e a esquerda germano-holandesa (Otto Rhüle, Anton Pannekoek, Herman Gorter etc.) se dará em torno fundamentalmente deste debate. Veja por exemplo a avaliação que Bordiga faz do KAPD⁸ em 1920:

El partido político, según la oposición [o KAPD], no tiene una importancia preponderante en la lucha revolucionaria. Esta debe desarrollarse en el terreno económico, sin dirección centralizada... (esta tendencia) niega toda importancia a la acción política y a la del partido en general, es decir, (niega el) partido político como instrumento central de la lucha revolucionaria y de la dictadura del proletariado (Bordiga citado por Bourrinet, 2007, p. 37).

Voltaremos a esta questão mais à frente, quando debatermos a posição dos conselhistas diante dos bordiguistas. Outra divergência de fundo que aparece não mais somente com relação a Bordiga, que abandona sua militância em 1926, só retornando em 1944, mas com os bordiguistas propriamente ditos, ou seja, aqueles que eram partidários de todas ou de algumas teses deste autor, diz respeito à apreciação com relação à revolução russa. Dois grupos: “*Réveil Communiste*” e “*L’Ouvrier Communiste*”, no final dos anos de 1920 e início da década de 1930 apresentaram algumas semelhanças com relação à esquerda germano-holandesa: crítica dos partidos, do parlamento, defesa dos conselhos operários etc., mas divergiram quanto à natureza do processo que se deu na Rússia, principalmente a partir de outubro de 1917, quando os bolcheviques deram o golpe de estado.

Para os conselhistas, a revolução russa após outubro de 1917 foi uma ação blanquista, jacobina, burguesa, visto caracterizar-se

⁸ KAPD – Partido Comunista Operário Alemão. Dissidência do KPD – Partido Comunista Alemão. Este é dissidência do USPD – Partido Social Democrata Independente da Alemanha, que por sua vez é dissidência do SPD – Partido Social-Democrata da Alemanha. Está nas declarações de fundação do KAPD que ele não é um “partido no sentido tradicional do termo”, ou seja, embora tenha mantido o uso da palavra partido, suas práticas e concepções em nada se aproximam de um partido político. Para mais informações sobre a formação da esquerda germano-holandesa Cf. Authier (1975), Gombin (1972), Maia (2010) etc.

primordialmente pela tomada do poder estatal pelos bolcheviques via golpe de estado. A partir deste momento, criou-se as condições para que o Partido Comunista criasse forças institucionais para paulatinamente tomar todo o poder aos soviets ou conselhos operários. Os bordiguistas italianos viam ainda o caráter proletário da revolução russa, só identificando a contra-revolução após a publicação da Nova Política Econômica – NEP no décimo Congresso do Partido Comunista Russo ocorrido em 1921.

Estes dois grupos, muito influenciados pela esquerda germano-holandesa, não passavam de uma pequena minoria que se aglutinou em torno de Papalardi e realizaram uma certa atividade de 1927 a 1931. Posteriormente, a esquerda italiana afirma cada vez mais suas divergências com estes grupos, articulando-se em torno de Otorrino Perrone e Hardt Michell, que aprofundam as teses de Bordiga.

O desenvolvimento desta esquerda acompanha naturalmente o desenrolar das lutas de classes em escala internacional. A emergência do fascismo em vários países europeus representa um grave recuo das organizações operárias, ficando estas reduzidas a pequenos grupúsculos. A esquerda italiana foi um destes. Isto não impediu, contudo, que os anos de 1930 e 1940 significassem um período de balanço e discussões teóricas sobre o prosseguimento das lutas de classes, as possibilidades revolucionárias, o desenvolvimento capitalista etc. É justamente nestas décadas que a esquerda bordiguista italiana publica alguns periódicos que ilustram bem esta característica. São eles: *Prometeo*, *Bilan*, *Communisme* e *Octubre*.

Estes periódicos são a expressão clara da perspectiva bordiguista até a segunda guerra mundial. Em que pese não tenham tido polêmicas diretas com os conselhistas, suas teses divergem em vários aspectos das concepções defendidas por estes autores. Vamos destacar aqui a questão do partido, dos sindicatos e da revolução russa.

Com relação ao partido, não há muito o que dizer, já que a posição que estes bordiguistas defendem é a mesma de Bordiga. Tal como afirma Bourrinet: “Para la izquierda italiana, sin partido revolucionario no podia

haber revolución” (Bourrinet, 2007, p. 140). Em que pese a noção de partido fosse leninista, os bordiguistas não pouparam críticas à política leninista dentro da III Internacional com a ideia de bolchevização dos partidos comunistas pelo mundo, a prática de criação de células do partido, criticaram o centralismo democrático etc. Defendiam a ideia de centralismo orgânico, segundo a qual não haveria na Internacional uma federação de partidos comunistas, mas sim, um único partido comunista internacional com ramificações em vários países do mundo. Mas o que é central aqui é assinalar a profunda divergência entre a tendência bordiguista e a conselhistas neste período, no que se refere ao partido político.

Mattick, criticando a concepção de Lênin acerca do partido político e a maneira como este via a questão das manifestações espontâneas do proletariado, ou seja, independentemente do partido e muitas vezes contra este, afirma:

Assim, quanto mais forte se revelasse o movimento espontâneo mais necessário era limitá-lo e dirigi-lo, incumbindo essa missão, segundo Lênin, a um partido hierarquizado e agindo em função de um plano de conjunto. Para Lênin era sempre imperioso defender os operários contra os seus próprios impulsos, caso contrário, e devido à sua ignorância, seriam levados à derrota, gastando em vão as forças e abrindo caminho à contra-revolução (Mattick, 1977, p. 92)

A maneira como os conselhistas abordam a questão do partido sempre passa por esta questão de fundo, ou seja, de o partido político ser um grande empecilho ao desenvolvimento espontâneo das massas laboriosas em luta. E é um empecilho, justamente por que compõe uma classe social distinta e oposta ao proletariado. Quanto mais se desenvolve o capital, o Estado burguês, o parlamentarismo e a democracia que via de regra o acompanha, mais estas instituições se tornam poderosas e autônomas em relação ao proletariado e às demais classes oprimidas da

sociedade moderna. Pannekoek (1977) dedica todo um capítulo de seu livro para criticar a prática e a ideologia dos partidos social-democrata e comunista. Tal como os demais conselhistas, enfatiza a questão de a organização (partido) se tornar um poder sobre os trabalhadores, portanto, independente e contra estes. Por mais que em seus discursos falem em nome dos operários, dos camponeses etc., sua prática como partido político só expressa efetivamente a existência e os interesses de classe da burocracia partidária.

Pannekoek é claro quanto a isto quando afirma:

A burocracia del partido y la de los sindicatos se convirtieron en un grupo social con sus condiciones de vida propias, mucho más seguras que las de los obreros , y realizando tareas que ya nada tenían que ver con el trabajo de un obrero. Tenían suficientes miembros para formar una especie de clase social, con sus concepciones e intereses propios, ligada a la clase de los intelectuales y los funcionarios de la sociedad burguesa (Pannekoek, 1977, p. 216). (grifos meus)

Ou seja, os partidos tornaram-se, com o desenvolvimento do capital, poderosas instituições que desenvolvem de maneira generalizada a classe social burocrática e que, portanto, se opõem ao proletariado, justamente por que desenvolve interesses, concepções, modo de vida etc. distintos e opostos aos do proletariado. O mesmo se dá com relação aos sindicatos. A posição dos bordiguistas já não é tão unívoca com relação ao partido. Seu posicionamento oscilou entre a aceitação da participação nestes organismos, mesmo reconhecendo suas limitações, à total recusa da organização sindical, identificando-a como mera organização burguesa. A primeira perspectiva defende a ideia segundo a qual os sindicatos são organizações importantes para a luta de classes do proletariado na medida em que se encarrega das lutas cotidianas, de reivindicações econômicas. Ou seja, a partir dos sindicatos, o proletariado jamais chegaria a uma prática revolucionária, tal como defendem o anarco-sindicalismo e o

sindicalismo revolucionário. Esta se daria somente por intermédio do partido. A segunda defende a tese segundo a qual os sindicatos são meras organizações burguesas e não têm nenhum valor na luta do proletariado em busca da sua emancipação. Esta leitura dentro da tendência bordiguista veio principalmente da fração belga da esquerda italiana, pois, de acordo com Bourrinet, esta sofreu um pouco de influência da esquerda germano-holandesa no que se refere à questão sindical.

Deste modo, a posição da tendência bordiguista neste período, no que se refere à questão sindical, não é unitária, aproximando-se e afastando-se simultaneamente dos conselhistas, que viam nos sindicatos apenas uma organização completamente enquadrada dentro dos limites e condições de reprodução burguesas. Não são outra coisa senão os responsáveis por negociar o valor da força de trabalho, reproduzem a relação dirigentes/dirigidos, são compostos por uma burocracia que se apropria de parte do mais-valor produzida pelo proletariado⁹ etc. Ainda Sobre os sindicatos, só a título de ilustração, veja o que afirma o KAPD, nos debates do III Congresso da III Internacional:

El camarada Zinoviev nos dijo ayer que, actualmente, los Estados capitalistas mantenían sometida la clase obrera no sólo por la espada, sino también por la mentira. Y este aparato, este aparato de Estado de la mentira que mantiene aún de modo duradero la clase obrera en la opresión, está constituido hoy por los viejos sindicatos (KAPD, 2004, p. 249.)

Com relação à avaliação da revolução russa, como já notamos, os grupos “*Réveil Communiste*” e “*L’Ouvrier Communiste*” chegaram, pela grande influência que tinham da esquerda germano-holandesa, à ideia de que a revolução russa havia chegado ao fim em 1921 com a publicação da NEP. Entretanto, para a esquerda italiana subsequente, nos anos de 1920 e 1930, a identificação da Rússia como sendo um país capitalista de Estado era mais complicada. Não podia conceber que a Rússia fosse capitalista, pois isto colocaria em xeque o partido bolchevique e o “Estado operário”.

⁹ Isto pode ser observado em Bricianer (1975), o qual faz uma coletânea dos textos de Pannekoek, Pannekoek (1977; 1975); KAPD (1972), também a coletânea organizada por Authier e Dauvé (2004), entre vários outros textos.

Não admitia que na Rússia houvesse uma classe dominante, a burocracia era no máximo uma camada parasitária. Para a esquerda italiana, os “desvios” burocráticos da URSS deviam-se não à existência de um capitalismo de Estado, mas sim ao fato de a contra-revolução mundial impedir o avanço da revolução que se instalou na Rússia. É claro que este é um subterfúgio para não reconhecer o caráter contra-revolucionário do bolchevismo.

Mas era inevitável não considerar os acontecimentos internos da Rússia para explicar seu desenvolvimento em direção ao capitalismo de Estado. Foi de fato o caminho que percorreu a esquerda italiana. Afirmam em seu periódico *Octubre* em 1939: “la industria estatal muy bien puede metamorfosearse en capitalismo de estado, en una negación brutal de la classe obrera, sin que por ello sea necesario reafirmar el régimen burgués de la propiedad privada” (Octubre citado por Bourrinet, 2007, p. 151).

Os conselhistas apontam o caráter burguês da revolução russa desde 1920, quando Pannekoek (2007) a qualificou de blanquista, Gorter (2004) de Jacobina, Wagner (2007) de burguesa etc. Todos os outros conselhistas dirigiram várias críticas ao regime que se estabeleceu na Rússia após o golpe de Estado de outubro de 1917. Em que pese haja um conjunto de determinações que expliquem todo o processo que se desenvolveu na Rússia, ou seja, o fato de lá ser um país que ainda não tinha completado o desenvolvimento burguês das forças produtivas, a I Guerra Mundial, a derrota do proletariado em escala internacional, todos elementos que compuseram o processo, é, sobretudo, a dinâmica da luta de classes na Rússia, o que vai determinar fundamentalmente seu caráter. Tal como demonstra Brinton (1975) foi a ação do partido bolchevique, após tomar o poder de Estado em outubro de 1917, que a pouco e pouco, de forma violenta, foi retirando dos soviets todo o poder de decisão e controle sobre as relações de produção e sobre o conjunto da sociedade. Este processo se completa em 1921, quando o partido, em seu 10º Congresso, conseguiu aprovar a eliminação de toda e qualquer forma de oposição, tanto dentro quanto fora do partido. Assim, todas as oposições foram

eliminadas politicamente, quando assim se conseguia, e fisicamente, quando a eliminação política não era suficiente. O massacre dos marinheiros de Kronstadt, muito bem analisado por Arvon (1994) é uma demonstração cabal deste processo.

A perspectiva bordiguista desenvolveu-se, mas mantendo sempre alguns de seus princípios. Dentre eles o principal foi sua interpretação com relação ao modo de produção capitalista: sua dinâmica e sua superação. Com relação à análise dos partidos, sindicatos etc. as interpretações variam. Ora defendem a participação nos sindicatos, ora não; ora concordam que o partido é a única forma de se chegar à revolução proletária, ora são críticos ardorosos desta organização etc.¹⁰

Agora, com relação à leitura da transformação capitalista no modo de produção comunista, entendem que este emerge da “crise final” do capital, como falava Bordiga ou da “caducidade do valor” como fala Barrot (Viana, 2001). O bordiguismo centra sua análise no movimento do capital. Centra sua leitura no mais-valor e na reprodução ampliada do capital e suas contradições. Identifica que o capitalismo tende a se auto-diluir, ou seja, vê a destruição do capitalismo, mas não consegue enxergar a construção do comunismo ou da autogestão social. De acordo com Viana: “com o bordiguismo corremos o risco de compreender o movimento do capital, mas não o engendramento do comunismo” (Viana, 2001, p. 33).

Neste âmbito, a relação dos bordiguistas com os conselhistas é polêmica. Authier (1975) afirma que:

O movimento comunista alemão [conselhismo] limitou-se à afirmação e à análise das suas táticas, assim como à defesa de formas de organização que considerariam e deveriam necessariamente considerar o movimento revolucionário proletário situado nas condições do capitalismo de então, cuja expressão dominante (do ponto de vista do revestimento técnico que envolve as diferentes fases de desenvolvimento da relação social capital) era a grande empresa, o capital produtivo e o seu ciclo (Authier, 1975, p. 14).

¹⁰ Uma variante crítica dos partidos e sindicatos mais atual, dentro do bordiguismo, pode ser encontrada em (Barrot, 1975), (Barrot & Martin, 2006), Bourrinet (2007; 2007a), (Authier, 1975) etc.

E acrescenta logo em seguida:

[...] a ideologia do conselhismo de autogestão, a qual se limita a adorar a idéia dos conselhos e não pensa libertar o proletariado da sua condição proletária, impondo-lhe apenas o trabalho suplementar de gerir a sua própria miséria (Authier, 1975, p. 15).

E encerra sua concepção: “A reafirmação do conteúdo do comunismo constitui a tarefa do momento atual. O conselhismo e a autogestão tornaram-se hoje a ideologia dos capitalistas conscientes” (Authier, 1975, p. 15). O grande problema é que em momento algum consegue dizer que conteúdo é este. O bordiguismo na sua variante moderna mais crítica não consegue sair do aspecto de crítica do capitalismo. Na verdade, a afirmação do conteúdo do comunismo é somente a afirmação da crítica do capitalismo. Isto é tão verdadeiro que vemos em (Barrot & Martin, 1997) a seguinte afirmação, tratando da obra de Bordiga: “em 1960, ele afirmou que toda a obra de Marx era uma descrição do comunismo. Este é, indubitavelmente, o comentário mais profundo feito sobre Marx” (Barrot & Martin, 1997, p. 154).

Se Marx afirmou que o comunismo é o movimento que abole a sociedade capitalista, ou seja, define-o através de uma negação, também afirmou que a Comuna é a forma historicamente encontrada pelo proletariado no sentido da constituição do “autogoverno dos produtores”, ou seja, definiu o comunismo através de uma afirmação positiva. O que os bordiguistas vêem no movimento comunista é simplesmente, o que não é pouco, o caráter de negação comunista da sociedade capitalista. Entretanto, não conseguem vislumbrar positivamente o processo de engendramento do comunismo.

É precisamente neste aspecto que a perspectiva conselhistas só pode se estabelecer em polémica com o bordiguismo. Os conselhos operários não são uma forma de “gerir a sociedade capitalista”, tal como

Barrot e Martin afirmam, nem muito menos são para o proletariado um “trabalho suplementar de gerir a sua própria miséria”, como afirma Authier. Muito pelo contrário, os conselhos operários são simultaneamente a negação da sociedade capitalista e a afirmação positiva do comunismo; em outras palavras, são os órgãos de luta do proletariado no processo de destruição do capitalismo e os embriões dos órgãos de gestão coletiva da sociedade comunista ou autogerida.

É claro que não se trata aqui de fazer uma exaltação da forma-conselho, pois tal como Pannekoek já havia alertado, os conselhos operários não são uma forma pronta e cristalizada, que só precisaria de alguns acertos para melhorar, trata-se de um princípio e este é o da autogestão social, ou seja, o domínio da vida como um todo pelos produtores livremente associados. Se os conselhos se corrompem, tal como ocorreu com vários deles durante a revolução alemã de 1918 a 1921 ou se burocratizam, como ocorreu com os sovietes russos, devem ser duramente combatidos. Deste modo, quando falamos em conselhos operários, não apresentamos uma fórmula pronta e acabada, mas sim, um princípio segundo o qual os trabalhadores em luta tomam em suas mãos seu destino e se auto-educam no sentido de se tornarem seres conscientes para a organização da vida em sua totalidade e plenitude na sociedade futura.

Referências

ARVON, Henri. **A Revolta de Kronstadt**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AUTHIER, Denis. Para a história do movimento comunista na Alemanha de 1918 1921. In: _____ (org.). **A esquerda alemã (1918-1921)**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____ & DAUVÉ, Gilles. **Ni parlamentos, ni sindicatos: los consejos obreros! Los comunistas de izquierda en la revolución alemana (1918 – 1921)**. Barcelona: Espartaco Internacional, 2004.

BARROT, Jean & MARTIN, François. **Eclipse e re-emergência do movimento comunista**. Disponível em: <http://geocities.com/autonomia.abvr>, acesso em 10/05/2006.

BORDIGA, Amadeo. A constituinte?. In: TRAGTEMBERG, Maurício. **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 177-180

_____. Réplica a Lênin sobre o problema do abstencionismo, no segundo congresso mundial. In: TRAGTEMBERG, Maurício. **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 197-198

BOURINET, Philippe. **La izquierda comunista de Itália (1919-1999): historia de la corriente “bordiguista”**. Disponível em: <http://www.left-dis.nl>, acesso em 15/11/2007.

_____. **Los consejos obreros en la teoria de la izquierda comunista holandesa y alemana**. Disponível em: <http://www.left-dis.nl>, acesso em 15/11/2007a.

GORTER, Herman. **Carta abierta al camarada Lenin**. Barcelona: Espartaco Internacional, 2004.

GOMBIN, R. **As origens do esquerdismo**. Porto: Afrontamento, 1972.

KAPD. Programa do “Partido Comunista Operário da Alemanha” – KAPD. In: AUTHIER, Denis. **A esquerda alemã (1918-1921)**. Porto: Afrontamento, 1975

MATTICK, Paul. **Integração capitalista e ruptura operária**. Porto: Afrontamento, 1977.

BRINTON, Maurice. **Os Bolcheviques e o Controle Operário**. Porto: Afrontamento, 1975.

PANNEKOEK, Anton. **Los Consejos Obreros**. Barcelona: Zero, 1977

_____. **Conselhos operários**. in: Conselhos Operários. Coimbra: Centelha, 1975.

_____. **Los Consejos Obreros**. Madrid: Zero, 1977.

_____. **O novo blanquismo**. Disponível em:
<http://www.geocities.com/autonomiabvr/>, acesso em 13/11/2007.

RUHLE, Otho. **A Luta Contra o Fascismo Começa pela Luta Contra o Bolchevismo**. Disponível em:
<http://www.marxists.org/portugues/ruhle/1939/09/luta-contra-fascismo.htm>, acesso em 24/11/2007.

VIANA, Nildo. Bordiguismo, conselhismo e nós. *Revista Ruptura*, Goiânia, ano 8, nº 07, p. 32-41, ago. 2001.

WAGNER, Helmut. **Teses Sobre o Bolchevismo**. Disponível em:
<http://www.geocities.com/autonomiabvr/>, acesso em 13/11/2007.

A concepção materialista da história

Lisandro Braga*

* Doutorando em Sociologia/UFG e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural/NUPAC.

O presente artigo analisa a concepção materialista da história a partir dos primeiros escritos filosóficos de Marx e Engels presentes na obra *A Ideologia Alemã*. Nessa obra já é possível encontrar os principais elementos analíticos de sua concepção materialista, porém esses se encontram em um estágio embrionário e só foram desenvolvidos de forma aprofundada após a publicação do *Prefácio à Crítica da Economia*, onde Marx apresentará aquilo que ele denominou como sendo o “fio condutor” dos seus estudos. Inicialmente apresentaremos, de forma introdutória, uma discussão acerca dos conceitos Ser e Consciência na obra *A Ideologia Alemã* de Karl Marx e Friedrich Engels, e para isso buscaremos compreender a trajetória intelectual desses pensadores, os elementos formadores das suas idéias centrais e já contidas nessa obra de forma embrionária.

Karl Marx nasceu no dia 05 de maio de 1818 na Alemanha, filho de uma família judia de classe média, iniciou seus estudos em direito na universidade de Berlim, mas logo depois se transfere para a filosofia onde será influenciado pelas idéias de Hegel e, posteriormente, dos “hegelianos de esquerda” (Bruno Bauer, Edgar Bauer, Arnold Ruge, Ludwig Feuerbach, Moses Hess etc). Conhecedor amplo da filosofia alemã, também estudou a filosofia antiga chegando a desenvolver como tese doutoral *A filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro* (1838). Preparou-se para assumir uma cátedra na universidade de Bonn, mas tão logo assumiu foi expulso devido à produção de alguns panfletos de caráter anticristão. A partir daí optou por trabalhar como jornalista, uma vez que possuiria maior autonomia intelectual para produzir.

Filho de uma rica família de fabricante de tecidos, Engels (1820-1895), ao contrário de Marx, não possuía uma formação acadêmica, cursou apenas um ano na universidade de Berlim. Sua formação era

essencialmente econômica e originada na experiência vivida. Quando jovem foi enviado pela família para Manchester, grande pólo capitalista industrial, onde se familiarizou com o funcionamento do capitalismo ao relacionar-se com os dirigentes operários britânicos e visualizar a exploração a que estavam submetidos o proletariado britânico na qual “denunciou pela primeira vez em 'Cartas de Wuppertal', escrita aos dezenove anos” (FONTANA, 2004, p. 199).

Sem dúvida a mais forte influência sobre o pensamento filosófico de Marx está em Hegel. Durante um bom tempo foi um “hegeliano de esquerda” e junto com tais hegelianos aprofundaram o estudo da dialética de Hegel, mas também promoveram sua crítica. Esse foi o caso de Ludwig Feuerbach que efetivou a crítica à dialética idealista de Hegel através de uma ótica materialista. Influenciado por Feuerbach, Marx aprofunda seus estudos a partir de uma perspectiva materialista e avança na crítica à Hegel e também à Feuerbach. Isso não quer dizer que ele não reconhecia a importância desses dois filósofos na sua formação teórica, apenas demonstrava os limites de ambos e apresentava uma perspectiva diferenciada.

Para Hegel, a história é a história da razão, ou seja, das idéias, e a primeira tem o seu desenvolvimento garantido e determinado pela segunda. Já para Feuerbach a história é o desenvolvimento do ser humano ontológico, do ser genérico. Porém, Feuerbach não aprofunda sua análise sobre esse ser, possibilitando brechas para interpretação de que tal ser é abstrato, ou seja, a-histórico e a-transitório. Nesse sentido, Marx avança ao reconhecer que Feuerbach tem razão, mas se esquece de apontar que tal ser é fruto de um processo histórico, formado nas relações sociais e pelas relações sociais, historicamente determinadas. Percebe-se, então que

Hegel conseguia ver a historicidade do mundo através da sua dialética do desenvolvimento da razão na história, e Feuerbach conseguia perceber a materialidade da história na essência humana, mas Hegel perdia a materialidade de vista, e Feuerbach

perdia a historicidade. A tarefa que propôs Marx foi reunir materialidade e historicidade, fundando o que posteriormente foi chamado de materialismo histórico. A história não é o desenvolvimento da razão, e sim das relações sociais concretas (VIANA, 2006, p. 47-48).

Na sua obra *A ideologia Alemã*, Marx realizará uma espécie de “acerto de contas” com os filósofos neo-hegelianos, principalmente Feuerbach, Bauer, Strauss e Stirner. A principal crítica endereçada a tais filósofos consistia em denominá-los de “pensadores anacrônicos”, pois os mesmos buscavam desenvolver idéias importadas de outros países, mas que não possuíam base concreta na Alemanha. Contentavam em criticar o mundo a partir do campo das idéias sem, necessariamente, se preocuparem em confrontá-las com o mundo material que os circundava. Por isso Marx e Engels irão ironizá-los afirmando que

para os Jovens-Hegelianos as representações, idéias, conceitos, em geral os produtos da consciência, por eles autonomizada, valem como os grilhões autênticos dos homens, do mesmo modo que para os Velhos-Hegelianos significam os verdadeiros elos da sociedade humana, percebe-se que os jovens-Hegelianos também só tenham de lutar contra essas ilusões da consciência (...) Os ideólogos Jovens-Hegelianos são, apesar das frases com que pretendem abalar o mundo, os maiores conservadores. Os mais novos dentre eles encontraram a expressão correta para a sua atividade quando afirma que lutam apenas contra frases. Esquecem, apenas, que a estas mesmas frases nada opõem senão frases, e que de modo nenhum combatem o mundo real existente se combaterem apenas as frases deste mundo (1984, p. 13).

Uma vez que a relação intrínseca entre ser e consciência social foi invertida pelos jovens hegelianos, a proposta materialista de Marx e Engels consistia em promover uma reinversão dessa relação, ao questionar a autonomia da consciência em relação ao ser e defender a superioridade do ser sobre a consciência. Ao contrário desses que partiam de pressupostos

definidos única e exclusivamente por suas mentes e, dessa forma, consistiam em pressupostos dogmáticos e arbitrários, Marx e Engels partiam de pressupostos reais visto que partiam dos indivíduos reais, em condições materiais e históricas concretas, promovendo ações, também, reais e concretas e que só podiam ser verificadas por via empírica, ou seja, na prática. Constata-se então que Marx e Engels propunham uma concepção materialista da história humana. Aprofundaremos mais adiante a discussão sobre tal concepção.

Os dois autores afirmavam (com certo grau de ironia que era próprio deles, principalmente de Marx) que o primeiro pressuposto da existência humana é a existência de seres humanos vivos. O segundo pressuposto é a necessidade de garantir a produção e reprodução das condições materiais de sua existência. O modo de produção é o modo como os homens produzem e reproduzem os meios necessários para a reprodução da vida e faz isso desenvolvendo sua capacidade de trabalhar de forma cooperada, logo o trabalho e a cooperação se tornam necessidades históricas. De acordo com Fontana,

o estudo da história mostra que os homens produzem os meios de subsistência de acordo com certos modos de produção que são na realidade modos de vida – uma forma determinada de manifestar a vida -, o que explica que o que os indivíduos são dependentes das condições materiais de produção e das relações que se estabelecem entre eles no processo (2004, 202).

Em seguida à análise da produção e reprodução das condições materiais da existência e sobrevivência do homem, os autores de *A Ideologia Alemã* desenvolveram a tese de que o trabalho e a cooperação nas sociedades de classes ocorrem segundo a divisão social do trabalho, ou seja, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, divisão entre campo e cidade, indústria e comércio e a própria divisão de classes. Para eles

as diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam tantas outras formas diferentes de propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (2007, p. 89).

Isso significa que a divisão social do trabalho produz as diferentes classes sociais e as diferentes e desiguais formas de apropriação do excedente do trabalho. A apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo é uma das principais características dos modos de produção das sociedades divididas em classes sociais. Dessa forma, percebe-se que tais sociedades são marcadas pela contradição entre o interesse individual e o interesse coletivo. É exatamente por conta dessas contradições que o Estado surge e (a)parece ilusoriamente como sendo representante dos interesses coletivos, estando acima das classes sociais e dos seus interesses específicos. Não é à toa que “toda classe social que aspira se tornar uma nova classe dominante deve apresentar seus interesses particulares como sendo interesses gerais da sociedade. O conflito entre classes torna necessária a intervenção do Estado” (VIANA, 2007, p. 26).

Partindo da análise de que o homem se faz homem a partir do momento em que se vê coagido pela natureza a produzir suas condições materiais de existência e sobrevivência é que Marx concluirá então que a consciência não pode ser outra coisa se não o ser consciente, ou seja, o ser humano é o seu processo histórico de engendramento. O ser humano é o produtor de suas idéias, mas o ser humano concreto e histórico que tal como se acham condicionados pelo “modo de produção”¹¹. Portanto, segundo Marx e Engels,

a produção de idéias, de representações, da consciência está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda

¹¹ De acordo com Nildo Viana esse conceito deve ser entendido aqui, de forma simplificada, como o nível de “desenvolvimento das forças produtivas e formas de intercâmbio” conforme Marx e Engels descrevem na obra A ideologia Alemã, visto que o

aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material [...] Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa que não o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo, como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (2007, 93-94).

conceito modo de produção ainda não estava elaborado de forma complexa como estará em obras posteriores.

Somente com a divisão social do trabalho (trabalho material de um lado e trabalho intelectual do outro) é que a consciência pode ser apresentada como sendo autônoma e tal apresentação surge com a ideologia, ou melhor, com os ideólogos. Sobre o conceito de ideologia Marx afirmará que se trata de uma falsa representação da realidade, uma falsa consciência que está intimamente relacionada com os interesses das classes dominantes, visto que a existência de tal classe subentende, também, a existência de classes dominadas. Portanto, é do interesse das classes dominantes manterem as relações sociais que lhes possibilitam dominar e, conseqüentemente, é do interesse das mesmas falsear tal dominação uma vez que a revelação do processo de dominação e de suas bases de sustentação (a propriedade privada, o processo de extração de mais-valor etc.) promoveria uma maior compreensão do mesmo e a reação das classes exploradas contra o processo de opressão. É nesse sentido que Marx e Engels afirmaram,

as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias das classes dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força espiritual, dominante. A classe que

tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (2007, p. 47).

Importante afirmar é que a consciência para Marx e Engels não se resume ao papel passivo contido no ato de conhecer e expressar o real, mas também possui um caráter ativo, ou seja, a consciência como projeção apresenta uma visão do real e tal visão, dependendo da perspectiva de classe, busca afirmar ou negar a realidade existente. Portanto, “a consciência também diz o que deve ser, ou seja, apresenta-se como uma ética, uma norma de conduta e, ao mesmo tempo, uma manifestação de desejos e significados produzidos no contexto da divisão social do trabalho, o que produz antagonismo e projetos diferentes no interior de uma mesma sociedade” (VIANA, 2007, p. 29).

O ser consciente deve buscar mecanismos intelectuais capazes de apreender, analisar e compreender a realidade social. Porém, devido aos interesses de classe da burguesia sua consciência possui limites intransponíveis, ela não avança para além das fronteiras do capital visto que isso representaria sua abolição enquanto classe. Já o proletariado se vê coagido, devido à exploração na qual ele está submetido na sociedade capitalista, a compreender corretamente a realidade social desenvolvendo a partir da luta sua consciência de classe de forma dialética: afirmando-se como proletariado e ao mesmo tempo negando-se como proletariado.

Nesse sentido é que Marx e Engels, buscando expressar teoricamente os interesses do proletariado, afirmarão que a consciência nada mais é que o ser consciente e tal ser se constitui na práxis, uma vez que essa expressa a liberdade humana. Dessa forma, o ser humano afirma sua liberdade produzindo sua vida de forma autônoma e

ao realizar sua potencialidade especificamente humana, o ser humano abole a oposição entre necessidade e liberdade e instaura sua unidade. Portanto, a liberdade é

uma necessidade e a necessidade de liberdade tornando-se consciente é um sinal de liberdade (VIANA, 2007a, p. 32).

A principal distinção que podemos observar entre a concepção materialista da sociedade (capitalista) e as demais concepções ideológicas e metafísicas é que a primeira compreende a sociedade como uma totalidade formada por diversas partes na qual uma delas exerce determinação fundamental sobre o todo.

De acordo com o materialismo histórico dialético, a totalidade é o que abarca o todo e esse é a sociedade, porém a sociedade é formada por diversas partes que, necessariamente, estão ligadas umas às outras exercendo múltiplas determinações sobre elas, mas uma dessas exerce uma determinação fundamental, sobre as demais, ou seja, sobre o todo (a sociedade)¹². Em todas as sociedades o modo de produção é a determinação fundamental visto que os seres humanos são, para continuarem a existir, coagidos a produzirem e reproduzirem suas condições materiais de existência.

Percebe-se, então, que o modo de produção condiciona as demais esferas da vida social uma vez que exerce uma determinação fundamental. No entanto, resta explicitar o que é o modo de produção e qual é a especificidade do modo de produção capitalista para, a partir daí, compreendermos a concepção materialista de Karl Marx.

Não há nos escritos de Marx nenhuma referência pormenorizada sobre o modo de produção nem tão pouco ao que ele denominava de superestrutura. O segundo termo aparece pouquíssimas vezes em suas obras e isso acabou por facilitar diversas interpretações e deformações do materialismo histórico dialético. Vale ressaltar que,

o termo superestrutura não é um conceito (como modo de produção) e sim uma expressão metafórica, como observou Althusser. Segundo esse autor, este termo tem apenas a função de ilustrar o pensamento de Marx a respeito da relação entre modo de produção e formas

¹² O materialismo histórico dialético recebe várias abordagens, sobre perspectivas diferentes. Sobre o conceito de totalidade pode-se consultar as contribuições de Karl Marx, Karl Korsch, Lukács, Kosik etc. Sobre o conceito de determinação fundamental, o mesmo foi desenvolvido por Hegel e em Marx aparece como essência.

jurídicas, políticas, ideológicas, ou seja, as formas de regularização das relações sociais, através da metáfora do edifício social, que possui “base” e uma “superestrutura”, sendo que esta só se sustenta graças àquela (VIANA, 2007, p. 38).

Para que esse termo e sua utilização, que preferimos descartar e adotar o termo “formas de regularização das relações sociais”¹³, não continue gerando mal-entendidos procuraremos esclarecê-lo à luz da produção teórica de Marx e de outros marxistas que procuraram facilitar essa compreensão.

Após a produção da obra *A Ideologia Alemã* (1847), Marx desenvolveu diversos escritos que formariam a base do método materialismo histórico-dialético. Um desses textos consiste no *Prefácio à Crítica da Economia Política* no qual apresenta uma espécie de resumo do materialismo histórico e que, segundo Marx, serviu de “fio condutor” para suas pesquisas. Karl Korsch, em sua obra *Marxismo e Filosofia* (2008), lembra que o próprio Marx costumava enfatizar que

não se deve procurar nessas frases, tal como se apresentam, mais que “um fio condutor” para o estudo homem dos dados empíricos (isto é, históricos) da vida social do; posteriormente, Marx manifestou-se mais de uma vez contra os que nelas procuraram ver algo mais que aquele “fio condutor” (2008, p. 135).

Vejamos, então, o que o próprio Marx dizia no prefácio:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade,

¹³ Sobre as “formas de regularização das relações sociais” ver: VIANA, Nildo. *Para uma teoria das formas de regularização das relações sociais*. In: VIANA, Nildo. *A consciência da história – Ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito, levando-o às suas últimas conseqüências. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele tem de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção [...](1977, p. 23-24).

Essas palavras mostram de forma resumida, mas com toda clareza e precisão, os principais elementos formadores do quadro geral daquilo que Marx, juntamente com Engels, convencionou denominar de “concepção materialista da história e da sociedade”. No entanto, para um leitor que não conhece a profundidade e complexidade da obra de Karl Marx não é fácil e, talvez, nem possível, compreender a importância teórico-metodológica dessas palavras, pois “não há nelas nenhuma advertência

para evitar os mal-entendidos que, por seu conteúdo e sua forma, elas podem em alguma medida favorecer. Tais cuidados seriam supérfluos, dada a finalidade imediata dessas breves indicações” (Korsch, 2008, p. 134). Concordamos com Korsch quando diz que Marx só possuía uma forma de convencer seus leitores da eficácia do seu método, ou seja, aplicando-o à determinado domínio da sua pesquisa: a “economia política”.

Apresentado esse resumo geral do materialismo histórico, tentaremos esclarecer alguns dos principais conceitos contidos nele, porém, devido aos limites desse artigo, faremos isso de forma bastante sintética.

Os modos de produção, tanto pré-capitalistas quanto capitalistas, são constituídos pelas forças produtivas (força de trabalho, meios de produção e meios de distribuição) e pelas relações de produção que consistem nas relações estabelecidas entre os indivíduos no trabalho de produção e distribuição dos bens produzidos. No entanto, se tratam de forças produtivas e relações de produção determinadas em um contexto social determinado.

Para os interesses desse texto, resumiremos nossa análise ao contexto das forças produtivas e das relações de produção, tão somente, na sociedade capitalista produtora de mercadorias. Porém, tal escolha não deve levar a uma interpretação limitada que acredita que o materialismo histórico dialético e a teoria marxista só se aplicam à compreensão da sociedade capitalista, pois em diversos aspectos tal método e tal teoria podem ser utilizados na compreensão, também, de relações sociais existentes em sociedades pré-capitalistas.

As relações de produção na sociedade capitalista são marcadas por duas características centrais que consistem no fato do proletariado trabalhar sobre o controle da burguesia (trabalho heterogerido) que comprou sua força de trabalho e o fato do produto do trabalho ser apropriado pela burguesia, via extração de mais-valor. Percebe-se então que o trabalho é processo de valorização (MARX, 1988).

No processo de produção de mercadorias o capitalista utiliza força de trabalho e meios de produção, porém somente a força de trabalho pode acrescentar valor à mercadoria, pois os meios de produção apenas repassam o seu valor às mercadorias. O valor adicionado à mercadoria pela força de trabalho é superior ao valor gasto pelo capitalista na compra de tal força e é desta forma que se apropria do mais-valor gerado pelo proletariado.

O fundamento da luta de classes no capitalismo, conforme já dizia Marx, está na disputa pelo controle do tempo de trabalho, pois, se, de um lado a burguesia visa ampliar a extração de mais-valor sobre o tempo de trabalho do proletariado, este visa diminuí-lo e, devido aos interesses antagônicos dessas classes, o processo de valorização acaba por ser marcado pelo conflito. Por conta do caráter alienado do trabalho, o proletariado desenvolve várias formas de resistência na produção que vão desde as mais “passivas” (absenteísmo, operação tartaruga, tempo morto etc.) às mais radicais (greve geral, ocupação da fábrica, autogestão da produção etc.). Nesse sentido é que se pode compreender a necessidade que a burguesia tem de controlar, de forma cada vez mais minuciosa, o tempo de trabalho no processo de produção.

A acumulação capitalista é realizada através de uma relação entre classes (burguesia e proletariado) e essa relação é fundamentalmente marcada pelo conflito entre as mesmas. A burguesia devido aos seus interesses de classe deve, necessariamente, desenvolver formas cada vez mais eficazes para a extração de mais-valor, ou seja, para a exploração do trabalho. Por outro lado, o proletariado se vê coagido a lutar contra o capital por ser quem ele é nessa sociedade¹⁴. Nesse processo de luta de classes o proletariado acaba por criar dificuldades para a acumulação de capital e em determinados momentos sua luta radicaliza apontando para a superação da sociedade capitalista.

Por mais que a ideologia burguesa e de suas classes auxiliares tente desacreditar essa possibilidade histórica, não há como negar essa tendência da luta de classes. Tanto assim que a burguesia e o estado,

¹⁴ O ser do proletariado, como já dizia Marx, é essencialmente aquele que quanto mais eficaz torna seu trabalho, quanto mais riqueza é capaz de produzir mais miserável se encontra e, por conta disso, se vê obrigado a desenvolver formas de lutas que se afirmem na busca pela

principal forma de regularização das relações sociais e que possui um caráter conservador, estão sempre procurando meios de atenuar os efeitos das crises que ameaçam a continuidade do processo de produção do capital em escala ampliada.

Dessa forma, podemos perceber que a luta de classes se apresenta como fruto da contradição entre classes antagônicas (produtores e apropriadores), revela a contradição/determinação fundamental mencionada por Marx no Prefácio à Crítica da Economia Política e demonstra como se manifesta a dinâmica histórica da sociedade de classes.

destruição do capitalismo (MARX, 2004).

Referências

FONTANA, Josep. Marx e o materialismo histórico dialético. in: _____. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 1984.

_____. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes poetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**, vol. 1, livro 1. São Paulo: Nova cultural, 1988.

VIANA, Nildo. **Introdução à sociologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **A consciência da História**: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

_____. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007b.

Das greves isoladas à greve geral e de ocupação ativa

Edmilson Marques

O capitalismo é acompanhado em toda a sua história por um embrião que ele próprio gerou. Embrião que tende a, uma ou outra hora, provocar o rebento contra a vontade de seu gerador. Este embrião a greve operária. Esta é um fenômeno complexo, sendo o resultado de múltiplas determinações, vista predominantemente como algo negativo, ruim, a causa de desordens para a vida na sociedade, por isso sempre reprimida pelos padrões e pelo estado. Mas, ao analisar o processo histórico das greves, observa-se que representa a expressão de luta de indivíduos descontentes com alguma questão que incomoda sua vida na sociedade.

Devido a essa dubiedade interpretativa em relação à greve é que buscaremos discutir a razão de ser da greve, assim como o porquê esta representa um embrião, e sendo um embrião, o que pode ser gerado daí. Enfim, buscaremos analisar algumas determinações existentes em torno das *greves isoladas* e a necessidade de sua passagem para a *greve geral* aliada à *greve operária* e de *ocupação ativa*. Assim, acreditamos esclarecer a razão de ser destas concepções apresentadas anteriormente.

Rosa Luxemburgo (2011b, p. 299) coloca que a greve “é o pulso vivo da revolução e, ao mesmo tempo, seu motor mais poderoso [...] é o modo de movimentação da massa proletária, a forma de expressão da luta proletária na revolução”. A greve é fruto da ação de indivíduos descontentes com alguma questão que dificulta a vida que levam na sociedade. As paralisações laborais pré-capitalistas são frutos deste descontentamento, e no capitalismo, expressa a sua ampliação e aprofundamento. Assim, “as diversas formas de paralisações da atividade laboral antes do advento da consolidação do capitalismo moderno são antecedentes históricos das greves operárias” (VIANA, 2008, p. 24).

A questão fundamental e razão de ser da greve, portanto, é a

existência de modos de produção determinados pela divisão social do trabalho, ou seja, de sociedades divididas em classes sociais. E isso se dá porque em uma sociedade de classes sempre haverá uma classe que domina, oprime e explora outras classes; uma classe que desfruta de uma vida privilegiada (comida farta e boa, moradia confortável, etc.), que devido ao interesse de manter seus privilégios, submetem outros indivíduos à opressão e exploração, e por isso, os constringe a lutarem para transformar as condições deprimentes de sua vida, e uma das expressões desta luta é a greve, através da qual abre a possibilidade da emancipação histórica da humanidade. Como colocou Marx, “uma das formas mais comuns de movimento pela emancipação são as greves” (MARX, 2003, p. 119).

Vejamos de forma breve o processo que provoca o desencadeamento de movimentos pela emancipação no capitalismo e porque a greve operária se torna o motor da transformação social, da emancipação humana. No processo de geração e desenvolvimento do capitalismo, a burguesia se apropriou dos meios de produção utilizados na produção dos meios essenciais e indispensáveis para a sobrevivência da vida humana, e, desta forma, instituiu uma sociedade onde a maioria dos indivíduos que a compõe é destituída destes meios de produção. Assim, para sobreviverem, foram obrigados a vender sua força de trabalho em busca de um salário, através do qual adquirem aquilo que necessitam para sobreviver (moradia, comida, agasalhos etc.).

Marx (1988), em sua obra *O Capital*, demonstrou que o salário, no entanto, não corresponde à totalidade do trabalho realizado, mas a apenas parte dele. A outra parte não paga, o mais-valor, foi apropriada pelo burguês, que utiliza parte com gastos pessoais, parte transfere ao estado através de impostos, e ainda utiliza parte para reinvestir na própria fábrica, empresa etc. Desta forma, o trabalhador recebe um salário que é o suficiente para a manutenção de sua vida, e quando gasto, é constringido a se vender novamente ao capitalista.

Nesta relação estabelecida, as riquezas produzidas pelo

proletariado acabam atendendo aos interesses dos capitalistas, uma vez que “o capital põe a própria produção de riqueza como pressuposto de sua reprodução” (MARX, 2011, p. 447). No capitalismo, no entanto, tudo é transformado em mercadorias. Assim, a produção e distribuição alargada de mercadorias promove a expansão capitalista (consequentemente a mercantilização e burocratização das relações sociais). Com esta expansão os capitalistas criam a necessidade de ter um auxiliar que garanta o funcionamento de suas fábricas, empresas etc., enfim, da totalidade das relações de produção e distribuição existente. A questão é que sozinhos,

Os capitalistas seriam incapazes de manter esta ordem desejada por eles. No processo de desenvolvimento do capitalismo, surge outra classe que vem auxiliar a burguesia no domínio e exploração do proletariado, tratando-se da burocracia (MARQUES, 2011, p. 35).

Por isso a burguesia se apropriou do estado e fez deste seu auxiliar, tornando-o o responsável pelo controle de toda a sociedade. Assim, “sob o capitalismo, a burocracia é assimilada pela burguesia” (TRAGTENBERG, 1974, p. 190). A burocracia estatal e suas diversas frações, reforça o controle já exercido pela burguesia sobre os trabalhadores, controle este que passa a ser exercido em todos os cantos da sociedade. O controle e repressão tornam-se os meios fundamentais que a burocracia utiliza para reproduzir o capitalismo.

O que ocorre é que o controle realizado pelo estado gera a repressão. Este passa a reprimir brutalmente aqueles que subvertem a ordem existente. Cria-se, desta forma, uma sociedade em que “a humanidade encontra-se diante da alternativa: decomposição e declínio da anarquia capitalista ou renascimento pela revolução social” (LUXEMBURGO, 2011a, p. 257). Por isso que estando descontentes com a vida miserável que levam, com as diversas situações constrangedoras que a burguesia e a burocracia levam-nos a passarem (baixos salários, péssimas condições de trabalho, de moradia etc.), com o controle, opressão e

exploração que sofrem, as classes oprimidas e exploradas reagem, e buscam em conjunto, a solução para estes problemas. É diante desta situação que os trabalhadores encontraram uma ferramenta poderosa para lutar contra a burguesia, a greve.

A greve se torna de fato uma ameaça à burguesia no momento em que atinge a razão de ser de sua existência, ou seja, no momento em que interfere na produção de mais-valor. E neste caso, a greve operária assume o papel fundamental na transformação social, já que na classe operária está a razão de ser do capitalismo, ou seja, é a quem cabe o papel fundamental de produção de mais-valor. Isto quer dizer que as diversas greves que eclodem no capitalismo só podem ameaçar a sociedade burguesa, se atingirem e avançarem para os locais de produção e aliarem-se a uma greve operária. Uma greve que não interfere no processo de produção e distribuição de mercadorias não representa algo tão preocupante para o capitalismo, já que a produção e apropriação de mais-valor continua ocorrendo.

A greve, enquanto mera paralisação das atividades, expressa uma luta contra o capital, já que compromete a extração de mais-valor. A extração do mais-valor é interrompida e por isso esta é a forma mais eficiente de pressão operária sobre o capital (VIANA, 2008, p. 25).

Na greve operária está o potencial para alterar as relações de produção e distribuição estabelecidas, a possibilidade real de abolir a relação de exploração que os capitalistas exercem sobre o proletariado. Assim, as greves que não atingem os locais de produção e distribuição de mercadorias, não representam uma ameaça direta ao capitalismo, principalmente se esta ficar restringida a uma determinada categoria. Porém, se esta greve atinge os locais de produção e distribuição de mercadorias, com o fechamento e apropriação de fábricas e comércios, ou impedindo o funcionamento da ordem estabelecida, por exemplo, impedindo que os meios de transportes continuem abastecendo os

comércios, ou levando os trabalhadores às fábricas e comércios, aí sim gera uma ameaça ao capitalismo. É o momento em que pode eclodir o que Anton Pannekoek denominou de *greve selvagem*.

A radicalização da greve, que rompe com o dirigismo estabelecido pelas organizações burocráticas, ou que aponta para uma greve geral, atingindo outras categorias de trabalhadores, fortalece o processo de autonomização da luta dos trabalhadores. É neste momento que a classe trabalhadora deve generalizar a greve, buscando fortalecer sua luta ampliando-a para atingir outras categorias de trabalhadores. Isso dificulta o domínio do estado, já que a greve não fica restringida a uma determinada categoria isolada das demais, e uma vez que a classe trabalhadora marcha massivamente sobre o estado, torna-o enfraquecido diante de sua força.

Bem, mesmo que as greves empreendidas por categorias isoladas de trabalhadores não produtivos não representem uma ameaça direta ao capitalismo, esta contribui para a luta das classes oprimidas, já que possibilita o avanço da consciência e sua passagem para uma consciência revolucionária, momento em que pode iniciar o processo de auto-organização de sua luta. Por isso a greve representa um embrião da nova sociedade, isto é, representa o início de desenvolvimento de organizações autônomas em relação à burocracia, a partir da qual se visualiza o alvorecer de uma nova sociedade, onde a organização social passa a ser realizada pelos próprios trabalhadores.

Quando neste processo a ordem existente não entra em declínio, no caso de greves de determinada categoria isolada, os capitalistas ou a burocracia estatal faz a tentativa do acordo, com propostas para atender uma parte mínima dos interesses dos trabalhadores. Na maioria dos casos, a condição imposta para a efetivação do acordo, é o retorno imediato ao trabalho.

Ocorre, porém, que na história do capitalismo, estes acordos e propostas têm sido uma das estratégias utilizadas pelos capitalistas e pelo estado para a manutenção da ordem existente. Eles têm consciência que beneficiar a classe trabalhadora com maiores salários, melhores condições

de trabalho, saúde, transporte etc. Ihe custará muito dinheiro e diminuirá o seu lucro¹⁵. Por isso, criam estratégias para que as reivindicações apresentadas por trabalhadores em um momento de greve sejam atendidas parcialmente, ou melhor, o mais minimamente possível.

No segundo momento, se a classe trabalhadora abala a ordem existente - no caso de uma greve operária de ocupação e de luta aberta e radicalizada - o estado utiliza de todas as suas forças para retomar a organização social desejada pela burguesia. Assim, uma estratégia que tem surtido efeito na luta da burguesia pelo amortecimento da luta de classes, para frear o avanço da luta dos trabalhadores, foi a utilização de organizações burocráticas na intermediação das negociações em momentos de greve. É isso que fazem os sindicatos. O capitalismo o converteu em instrumento de sua própria luta. Apesar de declararem que são representantes dos interesses dos trabalhadores, o seu papel real nada mais é do que o de intermediar as negociações entre a classe trabalhadora e a burguesia, ou entre a classe trabalhadora e o estado. Desta forma, a luta não se dá de forma direta, o que poderia acarretar um avanço rápido e generalizado da luta dos trabalhadores.

Essa possibilidade da generalização da luta se dá porque na luta direta os trabalhadores percebem que não há negociação, nem mesmo acordo com aqueles que lhes controlam e exploram, já que estes últimos propõem negociações onde prevalecem os seus interesses, impondo-os sobre os trabalhadores, e obrigando-os a se submeterem ao papel mais pesado e vil desta sociedade, ao trabalho alienado. Mas “a consciência se desenvolve neste processo de luta (TRAGTENBERG, 2011, p. 25). Diante desta situação a classe trabalhadora chega à conclusão que o retorno ao trabalho representa o retorno da razão de ser de seu descontentamento cotidiano; o retorno de uma vida pautada pelos interesses daqueles que lhes exploram e oprimem.

Na luta direta não há intermediários, oportunistas, que se dizem representantes da coletividade. A burocracia dirigente se torna desprezível, por isso a razão de sua luta encarniçada para frear o avanço da

¹⁵ Esta é a razão de ser das privatizações. Delegando a outros a gestão de setores da sociedade, o estado evita gastar parte do lucro que recebe dos capitalistas. Por isso seu interesse em privatizar todas as instituições existentes.

luta dos trabalhadores, já que sua existência depende da existência recíproca de uma classe exploradora, e das classes exploradas e oprimidas continuando a reivindicar somente melhores condições de vida.

É pelo interesse do dirigismo que os sindicatos têm ficado do lado do capitalismo durante toda a sua história. O seu papel fundamental, como já dizia Marx, é negociar com os patrões, o preço da força de trabalho, e são controlados pelo estado. Maurício Tragtenberg (2011, p. 285-286) demonstra as estratégias criadas pelo estado para este controle. Vejamos:

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é que estabelece a estrutura, funcionamento e objetivos dos sindicatos. Conforme ela, os sindicatos se organizam por municípios ou regiões (base territorial), congregando uma mesma categoria profissional ou econômica. Inicialmente, forma-se uma associação representante dos trabalhadores (CLT, artigo 511) depois ela pede seu reconhecimento no Ministério do Trabalho como sindicato (artigo 512 da CLT). Segundo o artigo 516, só pode haver um sindicato como representante da categoria e será reconhecido como tal o que tiver maior número de associados, mais serviços sociais mantidos a um patrimônio de maior valor. A associação preferida pelo Ministério receberá uma carta-reconhecimento como sindicato estabelecendo sua base territorial. O maior dever do sindicato é colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social e manter serviços de assistência judiciária aos associados – assim, o Estado controla totalmente os sindicatos desde a fundação.

Ainda segundo o mesmo autor, outra estratégia do estado para controlar os sindicatos é a contribuição sindical. Vejamos em suas palavras o que ocorre no Brasil:

Nos termos do artigo 579 da CLT, todos os trabalhadores brasileiros, sejam ou não sindicalizados, estão obrigados a pagar o correspondente a um dia de trabalho como “contribuição sindical”. Essa “contribuição sindical”

sofre desconto na folha de pagamento, depositada na Caixa Econômica Federal, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho.

Seu destino é pré-determinado pelo artigo 589 da CLT. Assim, 5% vai para a confederação; 15% para a federação; 60% fica com o sindicato e 20% é destinado à “conta Especial Emprego e Salário”, do Ministério do Trabalho.

O artigo 592 da CLT define que os sindicatos devam gastar esse dinheiro em: assistência jurídica, médica, dentária, hospitalar e farmacêutica, assistência à maternidade, cooperativas, bibliotecas, creches, auxílio funeral, colônia de férias, prevenção de acidentes do trabalho, educação profissional e bolsas de estudo (TRAGTENBERG, 2011, p. 287-288).

O autor conclui colocando que “a 'contribuição sindical' na estrutura atual é o instrumento mais eficiente que dispõe o Estado para manter seu controle burocrático sobre os sindicatos” (TRAGTENBERG, 2011, p. 288), já que a maneira de gastar o dinheiro é controlada por leis estabelecidas pelo governo. Fica claro que o sindicato se mantém “atrelado ao Estado cuja preocupação consiste em controlar a massa operária, falar e negociar às suas costas” (TRAGTENBERG, 1968, p. 74). Isso significa que “os operários não são donos de seu sindicato, ao contrário, são dominados por ele” (GORTER, 1981, p. 29).

Isso é comprovado através da ação sindical, que não objetiva abolir as relações de produção capitalistas, nem mesmo objetiva a autogestão da sociedade pelos próprios trabalhadores, ou seja, os interesses e fins de sua luta são contrários aos interesses e fins da luta dos trabalhadores. A sua legalização junto ao estado lhe impõe limites e regras para agir conforme o interesse do capital. Durante o processo de greve, se coloca sempre à frente das negociações e debates, fazendo manobras, muitas vezes às escondidas. Apresentam propostas como se fossem frutos de decisões coletivas das classes trabalhadoras. Enfim, o sindicato se mostra adepto ao capitalismo quando tem se tornado um trampolim para seus dirigentes integrarem partidos políticos, cujo objetivo passa a ser o poder do estado.

Isso deixa claro que todas as vezes que os trabalhadores propõem uma greve para lutar por seus interesses, encontrará pela frente, primeiramente, a burocracia sindical (à frente das negociações) para colocar dificuldades e impedir seu avanço. Dizendo representar a classe trabalhadora toma para si o processo de luta na greve, e assume de imediato, a posição de negociador. Levanta propostas a serem apresentadas aos patrões ou ao estado, propostas cuidadosamente pensadas para não atingir os interesses burgueses. O objetivo é levar a classe trabalhadora a acreditar que estão sendo beneficiados com as propostas apresentadas. Por isso que na maioria das greves, os patrões ou o estado, fizeram acordos com os grevistas e concordaram com partes das reivindicações, já que atendendo partes destas, exige que o sindicato obrigue os grevistas a voltarem ao trabalho.

Mas, a manutenção e expansão da greve leva o estado a agir. Para pôr fim à greve recorre à lei, na maioria dos casos publicando informações de sua ilegalidade, obrigando os grevistas a voltarem ao trabalho; outra estratégia, cuidadosamente utilizada para não diminuir a parte do lucro que recebem dos capitalistas, é a proposição e efetivação de algumas melhorias, que na maioria das vezes não correspondem ao que é exigido pelos trabalhadores. Diante destas questões a radicalização da greve torna-se uma tendência. É aí que o sindicato, que num primeiro momento dizia estar do lado dos trabalhadores, assume de vez, e de forma descarada, o lado do estado, e assim como este, obriga os trabalhadores a voltarem ao trabalho.

Por isso que a greve representa um instrumento de luta desenvolvido pelos trabalhadores contra a classe que os explora e oprime. É a ferramenta mais poderosa para lutar contra o capitalismo. Ela representa o meio mais eficaz para realizar transformações profundas na sociedade. *Contudo, essas transformações só poderão ocorrer se esta estiver inteiramente em suas mãos e avançar para além das lutas de categorias isoladas, e passar para uma greve geral e de ocupação ativa das fábricas e de toda a sociedade.*

A principal dificuldade neste processo de avanço da greve está relacionada à organização social estabelecida pelo capital, onde os trabalhadores encontram-se separados em categorias, e cada uma sendo dirigida por um sindicato. Assim, a greve dos metalúrgicos acaba sendo uma greve apenas dos metalúrgicos, com seus sindicatos à frente das negociações e controlados por este. O mesmo acontece com as várias outras categorias de trabalhadores, que ao conseguir a efetivação de parte de suas reivindicações¹⁶, são obrigados a retornarem ao trabalho.

Mas é no desencadeamento e desenvolvimento de uma greve, momento em que a luta se torna aberta, descarada e visível até para os olhos mais distraídos, que inicia o processo de reorganização social. A auto-organização dos trabalhadores que se encontrava em vias de ser gerida começa a brotar por todos os cantos, anunciando o alvorecer de uma nova sociedade. Torna-se perceptível que

O trabalhador só cresce quando ele próprio cria seus órgãos representativos, seja “grupo de fábrica” ou “comissão de fábrica”, quando procura articulá-los entre si, em suma, quando ele dirige sua luta sem delegar a “líderes”, mesmo de origem operária ou a carreiristas da classe média, a direção de suas lutas e reivindicações (TRAGTENBERG, 2011, p. 297).

É na greve que o trabalhador aprende o que em toda a sua história foi lhe restringido saber, ou seja, que ele pode gerir a sua própria vida; que as organizações que dizem representa-los são a representação dos interesses de um bando de oportunistas e parasitas; aprende que a constituição de uma nova sociedade onde seus interesses sejam realmente efetivados só pode ser fruto de sua própria luta; é na greve que têm acesso a uma educação libertária, onde aprende o que é autonomia, já que é constrangido a criar organizações autônomas das organizações burocráticas para lutar contra os expropriadores de seu trabalho; é quando o seu poder de criação assume sua plenitude, criando estratégias para transformar a sociedade em que vive, e não, criando coisas supérfluas

¹⁶ As reivindicações têm se tornado um limite imposto pela consciência burguesa, através da qual a burguesia consegue manter o domínio de seus interesses. Este é o modo de luta desejado pela burguesia porque não ultrapassa a ordem existente. Através de reivindicações busca-se propor reformas ou mudanças que atendam ao que é reivindicado, cuja relação de luta deve ser limitada e ocorrer respeitando as regras estabelecidas e não subverter a relação entre dominantes e dominados. Isso dificulta que a consciência avance para além da mera reivindicação, e chegue ao ponto de clamar para si mesmo, o papel de subverter o existente, e ao invés de reivindicação, que perpassa por regras estabelecidas, assumir a concepção de que ele próprio possa tomar para si o controle da sociedade, subvertendo a ordem, e agir por si mesmo pela construção de uma luta gerida por ele

para a manutenção da ordem existente, como acontece no capitalismo onde a riqueza produzida é apropriada pelos exploradores e se torna arma deste contra os trabalhadores; e é pelo desenvolvimento de seu poder de criação, que cria organizações geradas e geridas por eles próprios, através das quais, demonstrou a possibilidade de abolir as relações de produção e distribuição capitalistas e instituição de uma nova sociedade fundada na autogestão social.

A greve se torna um instrumento para os trabalhadores atenderem de fato aos seus interesses, desde que mantenha em suas mãos a direção de sua própria luta. O que quer dizer, manter

Inteiramente em suas mãos a direção da sua própria luta (ou, se preferirmos, dirigir eles próprios os seus assuntos)? Deve entender-se que toda a iniciativa e decisão emanam dos próprios trabalhadores. Mesmo existindo um comitê de greve – indispensável quase sempre, pois os trabalhadores não podem estar permanentemente reunidos – tudo será feito pelos grevistas. Permanecem ligados, repartindo entre si as tarefas, tomam as medidas que se impõem e decidem diretamente todas as ações a efetuar. A decisão e a ação, ambas coletivas, formam um todo (PANNEKOEK, 2011, p. 120).

Desta forma, os trabalhadores podem efetivar os seus interesses desde que o fim da greve não represente o retorno ao trabalho alienado, a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista, mas, que seu fim seja precedido pelo fim do modo de produção capitalista. Isso quer dizer que a greve que chega ao fim e preserva este modo de produção, leva os trabalhadores a retornem à vida da forma que estava antes, ou seja, perpassada pela determinação dos capitalistas e de acordo com seus interesses.

É nesse sentido que historicamente os trabalhadores têm demonstrado que o processo que pode desencadear o surgimento de um processo revolucionário que aponte de fato para a criação de uma nova

próprio. Assim, ao invés de reivindicação, que pauta por indivíduos amorfos, que aguardam a boa vontade dos dirigentes atenderem suas reclamações, deve-se avançar para uma ação conjunta, solidária e coletiva da sociedade em sua totalidade de forma que se estabeleça a sociedade autogestionária.

sociedade deve avançar para além das lutas cotidianas, das greves isoladas, e passar para a greve generalizada, e de ocupação ativa.

O movimento grevista pode, uma vez desencadeado, se radicalizar e se tornar ainda mais perigoso para o capital. Trata-se da passagem de uma forma mais radical de greve, a greve de ocupação. Nesta, os trabalhadores não apenas paralisam as atividades, mas tomam conta das fábricas, das unidades de produção, impedindo qualquer forma de abdicação ao movimento grevista e reativação da produção. Os proletários realizam uma permanente mobilização, comunicação, o que permite um avanço da consciência e a constituição de novas relações sociais. Este processo culmina com a greve de ocupação ativa, uma radicalização e aprofundamento da greve de ocupação, que marca já um passo rumo ao questionamento da propriedade privada, das relações de produção capitalista (VIANA, 2008, p. 25).

É neste momento que surge a possibilidade de transformação radical do capitalismo e instituição de uma sociedade gerida pelos próprios trabalhadores. Enquanto permanecer a luta cotidiana, as greves isoladas, os trabalhadores continuarão vivendo nesta sociedade fundada na exploração, já que estas podem ser facilmente controladas pelo estado; continuarão descontentes com a vida que levam e restringindo a sua luta por reivindicações.

Na história de sua luta contra a burguesia e o estado o proletariado demonstrou com clareza que seu alvo deve ser os lugares onde se produzem os meios essenciais e indispensáveis para a vida de todos, os locais de produção. Por isso, a luta não deve objetivar apenas melhores condições de trabalho e melhores salários, pois isso representa ao mesmo tempo, a manutenção da sociedade de classes. A sua luta deve objetivar a apropriação das fábricas e de toda a sociedade.

É preciso observar ainda que a greve que se limita a não somente parar a produção, não possibilita a manutenção da vida, pois, não produz o que os indivíduos necessitam para sobreviver. Por isso, a greve deve

avançar para a ocupação de todas as fábricas e locais de distribuição da produção.

Pela ocupação, os trabalhadores inconscientemente demonstraram que a sua luta entrou numa nova fase. Aqui se afirmam os seus sólidos laços de interesse, sob a forma duma organização no seio da fábrica e ao mesmo tempo essa unidade natural, que não pode dissolver-se em individualidades distintas. Aqui os trabalhadores tomam consciência das suas apertadas ligações com a fábrica. Para eles não é apenas um edifício pertencendo a alguém aonde vêm trabalhar para seu único proveito, sujeitos inteiramente à sua vontade até que os despeça. Para eles, pelo contrário, a fábrica é um aparelho produtivo que fazem andar, um órgão que só se torna parte viva da sociedade através do seu trabalho (PANNEKOEK, 2007, p. 133).

Quando estourar este processo revolucionário todas as riquezas existentes devem ser retiradas das mãos da burguesia e colocadas à disposição da coletividade. Assim, “a revolução operária obrigará os ricos a trabalhar, depois de ter-lhes arrancado as riquezas que lhes permitiam uma vida de parasitas” (MAKHAIKI, 1981, p. 165). Num segundo momento, as fábricas devem ser colocadas para funcionar de acordo com o interesse da coletividade, de forma que atenda as necessidades essenciais de todos os seres humanos.

Num terceiro momento, a sociedade será reorganizada segundo esse princípio básico da autogestão, onde todos participem e tenham acesso à produção. Isso não pode ser feito, obviamente, sem organização. Os operários são impotentes sem organização (GORTER, 1981, p. 33). Segundo Anton Pannekoek,

A organização é o princípio fundamental da luta da classe trabalhadora por sua emancipação. Dali que, desde o ponto de vista do movimento prático, o problema mais importante seja o das formas desta organização. Estas, contudo, estão determinadas tanto

pelas condições sociais como pelos objetivos da luta (PANNEKOEK, in BRICIANER, 1969, p. 287).

E “o fim e a missão da classe trabalhadora é abolir o sistema capitalista” (Idem, p. 292), e instituir a sociedade gerida por eles próprios.

A superação da ignorância e do imobilismo que o capitalismo impõe aos trabalhadores promove a criação de organizações para reorganizar a sociedade de acordo com seus interesses. Essas organizações são geradas desde o momento em que a greve estoura, como o comitê de greve, que são presididos por comitês de fábrica, de bairros, etc. A nova sociedade desponta como uma realidade quando estas várias organizações dão origem aos conselhos operários. Este deve ser o fim a ser alcançado com a luta.

A greve representa o início desta busca, o meio da classe trabalhadora assumir o controle de sua luta. Ao surgir em um determinado local deve levá-la para outras instâncias da sociedade e ser generalizada até atingir em cheio o coração que mantém acesa a chama da exploração, os locais de produção. Assim, a classe trabalhadora demonstrará que as *greves isoladas* são um aviso à burguesia de que a qualquer momento será convertida em uma *greve geral*. A partir daí, a ocupação de todas as fábricas e empresas, não poderá ser impedida de se realizar. Momento em que delas, farão, enfim, o uso benéfico à toda a humanidade, atendendo às suas necessidades básicas. Momento em que darão início à história da humanidade emancipada.

Referências

BRICIANER, Serge. **Anton Pannekoek y Los Consejos Obreros**. Buenos Aires: Schapire, 1969.

GORTER, Herman. A Questão Sindical. In: TRAGTENBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos Vol. 2.** São Paulo: Unesp, 2011a.

_____. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos Vol. 1.** São Paulo: Unesp, 2011b.

MARQUES, Edmilson. A Questão da Organização Proletária em Anton Pannekoek. In: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo. **A Questão da Organização em Anton Pannekoek.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MAKHAISKI, Jan Waclav. A Expropriação da Burguesia. In: TRAGTENBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Karl. Entrevista Concedida a R. Landor. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Grundisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos Trabalhadores.** Porto Alegre: Barba Ruiva, 2007.

_____. **Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários.** Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

TRAGTENBERG, Maurício. *Autonomia Operária.* São Paulo: Unesp, 2011.

_____. **Burocracia e Ideologia.** São Paulo: Ática, 1974.

_____. **Reflexões Sobre o Socialismo.** São Paulo: Moderna, 1968.

VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

A TEORIA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA EM OTTO RÜHLE

Nildo Viana*

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais/UFG; Doutor em Sociologia/UnB.

Otto Rühle (1874-1943) foi um dos principais representantes do chamado “comunismo de conselhos”. Suas obras são relativamente pouco conhecidas. Dentro os chamados comunistas de conselhos, Anton Pannekoek, Karl Korsch e Paul Mattick foram os que tiveram maior número de obras publicadas e divulgação, embora ainda de forma precária e hoje começam a ser retomados de acordo com as novas tendências das lutas sociais que fazem os indivíduos buscarem nas antigas ideias, respostas para as necessidades presentes¹⁷. Um dos motivos disso se deve ao período de vida de Rühle, pois morreu em 1943, enquanto que os demais morreram em torno dos anos 1960. Rühle publicou livros sobre Marx, psicologia infantil, lutas operárias. O nosso objetivo aqui é apenas apresentar sinteticamente sua teoria da revolução proletária, que é distinta da revolução burguesa, segundo a análise que ele faz e que assume grande importância para explicar suas concepções.

Otto Rühle, que militou na socialdemocracia alemã até aproximadamente 1914 e passou a ser um dos mais destacados militantes do Partido Comunista Alemão (KPD), ao lado de Rosa Luxemburgo¹⁸, e depois de mais esta desilusão se torna um dos fundadores do Partido Comunista Operário da Alemanha (KAPD), que “não é um partido político propriamente dito”, tal como diz seu documento de fundação, escrito por Rühle. Em breve ele é expulso desse “partido” após voltar da Rússia onde havia ido para um Congresso em que deveria articular com a oposição ao bolchevismo e voltou antes desse começar, após uma conversa com Lênin (1989), que lhe apresentou o livro *O Esquerdismo, A Doença Infantil do Comunismo* e leu alguns trechos. Rühle voltou e escreveu um “Informe sobre Moscou” (Rühle, 2004a) e, depois, “Moscou e Nós” (Rühle, 2004b), onde descreve o sistema autoritário bolchevique e seu centralismo rígido,

¹⁷ Isso não tem nada de problemático desde que não seja feito de forma *dogmática*. Assim, o marxismo tem que ser antidogmático, como já colocava Korsch (1977; Viana, 2012a).

¹⁸ Rosa Luxemburgo estava na direção do partido com seu grupo Liga Spartacus, mas Otto Rühle e seu grupo era quem detinha a hegemonia no partido, mas, apesar de certa vez tê-la acusado de “oportunista”, não queria a direção e dizia confiar nela e sua ação política, independentemente das divergências. Rosa Luxemburgo tinha algumas dificuldades em romper com certos aspectos da socialdemocracia, devido sua

culto à autoridade, etc.

A produção teórica de Rühle pode ser melhor compreendida no contexto social e histórico na qual brotou. O início de sua produção se deu no interior da socialdemocracia, como quase todos os militantes influenciados pelo que era chamado “marxismo” na época. Esta era a época na qual as lutas operárias pela redução da jornada de trabalho, a Comuna de Paris, entre outras formas de luta, provocaram uma crise do capitalismo liberal fundado no regime de acumulação extensivo que foi substituído pelo capitalismo oligopolista fundado no regime de acumulação intensivo¹⁹. No capitalismo oligopolista, o imperialismo fundado na exportação de capital-dinheiro, a expansão do taylorismo e a emergência do Estado Liberal-Democrático abre uma nova fase da luta de classes. A burguesia, devido ascensão das lutas operárias, cedeu a redução da jornada de trabalho (que significa diminuição da extração de mais-valor absoluto), a legalização de partidos e sindicatos, e em compensação buscou implantar o taylorismo e aumentar a extração de mais-valor relativo, e a integração dos partidos na democracia partidária (que substituiu a democracia censitária) promoveu sua burocratização e corrupção (Michels, 1981), bem como processo semelhante com sindicatos. Isso, junto com uma breve e relativa estabilidade do capitalismo, promoveu a hegemonia da socialdemocracia reformista junto aos trabalhadores.

O marxismo se transformou em ideologia, ou seja, em pseudomarxismo, tal como colocou Korsch (1977). Porém, havia uma dissidência no interior da socialdemocracia, representada por Rosa Luxemburgo e Liga Spartacus na Alemanha, onde outros grupos dissidentes vão emergir, e por Pannekoek e Gorter, entre outros, na Holanda, e em alguns outros países. Otto Rühle participava da socialdemocracia, mas logo torna-se um dos principais articuladores da dissidência, através do IKD, Comunistas Internacionalistas, considerado uma corrente do radicalismo comunista alemão. Nesse contexto, há uma nova crise do capitalismo oligopolista, que além da Primeira Guerra

formação intelectual, vínculos afetivos, etc., mas foi avançando e superando alguns aspectos, sem chegar a radicalidade de Rühle e dos comunistas de conselhos em geral, graças à sua morte prematura (Viana, 2012b).

¹⁹ Para uma definição de regime de acumulação e caracterização destas fases, consulte-se Viana (2009); Viana (2003).

Mundial e de suas consequências, tinha que enfrentar um movimento operário cada vez mais radical e que já havia despontado na Rússia em 1905 e principalmente 1917, com a criação dos soviets (conselhos operários) que acabam se alastrando por outros países nos anos seguintes, tal como Itália, Hungria e Alemanha. O regime russo logo se burocratiza e ao invés do socialismo se implanta um capitalismo estatal, com suas produções ideológicas (bolchevismo, stalinismo, etc.) influenciando a esquerda europeia, com dissidências internas e externas.

É a partir dessa época que a maior parte da obra de Rühle será produzida e que abordaremos aqui. Rühle sempre ficou ao lado das alas mais à esquerda e por isso ao superar sua participação no KPD (Partido Comunista Alemão), ajuda a construir o KAPD (Partido Operário Comunista da Alemanha), como “partido não-partido”, uma organização revolucionária não-burocrática e antiparlamentarista, até se desvincular dele devido sua nova posição da necessidade de uma organização geral e unitária dos trabalhadores.

Assim, a partir da emergência dos conselhos operários no bojo da Revolução Alemã e do KAPD, e as uniões operárias que aglutinavam os conselhos, e sua experiência na Rússia, ele clareou sua concepção de revolução proletária e escreveu alguns textos de crítica ao bolchevismo e aos partidos políticos em geral, bem como sobre o que ele denominava “sistema de conselhos” e revolução proletária. Vamos apresentar uma breve síntese de suas teses políticas a respeito da revolução burguesa e da revolução proletária.

A Revolução Burguesa

Um dos temas que Rühle mais trabalhou em seus escritos políticos foi a revolução burguesa. Sem dúvida, a sua preocupação básica era diferenciar revolução burguesa e revolução proletária, ao que dedicou alguns textos e isto principalmente depois da consolidação do capitalismo

de Estado russo.

Otto Rühle descreve diversas revoluções burguesas e a emergência de uma nova sociedade, em várias regiões. Dentre essas revoluções burguesas, “a mais espetacular de todas”, “teve lugar na França. Não tem igual na sua força, no seu caráter de classe e na sua importância histórica” (Rühle, 1975a, p. 60).

A Rússia realizou uma revolução burguesa tardia. As revoluções burguesas colocam em primeira linha a classe burguesa, classe mais ou menos consciente de sua missão histórica. Porém, nas revoluções burguesas outras classes atuam, tal como o campesinato e o proletariado.

A circunstância do estrato proletário tomar também parte, maior ou menor, na luta revolucionária não se considera para determinar a natureza histórica da revolução. Mesmo quando o proletariado está já formado como classe e marcha na revolução com os seus próprios objetivos políticos de classe – talvez de fato influencie consideravelmente o seu desenvolvimento ou mesmo o controle – nada se altera na natureza histórica da revolução. A mistura proletária fraca ou forte numa revolução burguesa pode retardar ou acelerar, às vezes defletir ou perturbar, a sua realização. Pode ocultar temporariamente ou deformar a sua face; pode afetar ou ameaçar o seu êxito, mas não faz qualquer diferença quanto à essência da revolução, ao seu conteúdo socioeconômico. Tanto no Estado burguês como no exército, os trabalhadores formam o contingente mais forte, fazem um grande grupo de classe – e, no entanto, ninguém se deixa tentar, nesse caso, a chamar proletário o Estado burguês ou a falar de um exército proletário. Mesmo o Exército Vermelho da Rússia Soviética, constituído só por camponeses e operários, é uma máquina militar construída no modelo burguês e funcionando de acordo com as leis políticas do Estado burguês, que só a demagogia política, para iludir, pode descrever como exército “proletário” (Rühle, 1975a, p. 68).

Os estratos proletários nas revoluções burguesas sempre

aparecem a reboque da burguesia. Às vezes como mercenários ou simpatizantes, às vezes como retaguarda ou auxiliares. Nas revoluções burguesas iniciais, o proletariado ainda não estava plenamente desenvolvido como classe e por isso não podia assumir um papel revolucionário de primeira grandeza. A sua emergência de forma mais radical, nas primeiras revoluções burguesas, ocorreu na França. Outro caso foi o da revolução russa. Nessa, no seu contexto social e histórico, não se podia pensar da mesma forma que as demais revoluções. Ela “só podia ser uma revolução burguesa”, pois “tinha que se ver livre do czarismo, suavizar o caminho do capitalismo e ajudar a burguesia a instalar-se politicamente” (Rühle, 1975a, p. 69).

Através de uma rara cadeia de circunstâncias a burguesia encontrou-se sem posição para desempenhar o seu papel histórico. O proletariado, subindo para o palco em seu lugar, fez-se a si mesmo, num momento, o senhor da situação, por um dispêndio de energias sem precedentes, ousadia e presteza tática e inteligência, mas no período seguinte caiu numa situação fatal (Rühle, 1975a, p. 69).

Os bolcheviques tomaram o poder estatal e realizaram uma política antissocialista. O seu primeiro ato foi a paz de Brest-Litovsk, “foi um ato de política burguesa”, pois foi um tratado assinado com um governo capitalista. Os bolcheviques permitiram a distribuição de grandes propriedades territoriais aos camponeses. “O socialismo, porém, não devia começar com a introdução, mas sim com a eliminação da propriedade privada” (Rühle, 1975a, p. 70-71)²⁰.

A distribuição de terras, a política industrial, o exército burocrático sob o comando de Trotsky, o Galifet da Revolução bolchevique²¹ são todas ações típicas de um governo burguês. Também é impressionante a ditadura dos líderes do Partido Comunista que é apresentada como ditadura do proletariado. “A revolução russa foi e é uma revolução burguesa, nem mais nem menos” (Rühle, 1975a, p. 74).

²⁰ Além disso, coloca Rühle em outro texto, “a abolição da propriedade privada não garante por si só o socialismo. A propriedade privada pode ser abolida no quadro do capitalismo. O que determina de fato uma sociedade socialista é, além da abolição da propriedade

Rühle apresenta as principais instituições burguesas contrarrevolucionárias. A primeira dessas instituições é o Estado burguês, necessário para manter a dominação burguesa. A classe capitalista, ao arrancar o poder ao feudalismo, constitui sua própria organização estatal que passa a agir de acordo com suas necessidades, interesses e desejos. Tal Estado é autoritário. A centralização da produção capitalista atinge o Estado burguês: “todas as forças do governo se concentram num ponto, aí recebem as suas ordens e a seguir recuam centrifugamente” (Rühle, 1975a, p. 77).

O parlamento é outra instituição burguesa que existe para reproduzir a sociedade burguesa, criando um espaço de aparente manifestação de diferentes interesses. O parlamento precisa dos partidos e estes dele²².

Todas as organizações burguesas são basicamente organizações administrativas que requerem uma burocracia para funcionar. Assim é o partido, dependente da máquina administrativa servida por uma direção profissional paga. Os *leaders* são funcionários administrativos e, como tal, pertencem a uma categoria burguesa. Os *leaders*, isto é, funcionários, são pequeno-burgueses, não proletários (Rühle, 1975a, p. 88).

Nesse momento, Rühle faz uma distinção entre líderes pagos, profissionais, de hábitos e modos de pensar burgueses, e líderes que se destacam por suas qualidades intelectuais, morais, etc. e por isso não se deveria confundir estes dois tipos de intelectuais e atacar ambos indistintamente e a história mostrou, através dos exemplos de Marx, Bakunin e Rosa Luxemburgo, que existem intelectuais distintos dos burgueses. Rühle também questiona a ideia de “partido revolucionário”, sendo que em outra oportunidade colocou que os partidos são contrarrevolucionários:

A revolução não é uma questão de partido. Os três

privada dos meios de produção, a gestão pelos operários dos produtos do seu trabalho e o fim do salariedade” (Rühle, 1978, p. 264).

²¹ Rühle compara Trotsky e o massacre de Kronstadt com *Galifet*, considerado o “carniceiro da Comuna”, devido o massacre dos comunardos sob suas ordens.

²² “Um partido precisa do parlamentarismo, tal com o parlamento precisa dos partidos. Conservar o partido significa conservar o parlamento e com ele conservar o poder burguês” (Rühle, 1975a, p. 86).

partidos socialdemocratas têm a loucura de considerar a revolução como a sua própria tarefa de partido e de proclamar a vitória da revolução como o seu objetivo de partido. A revolução é a tarefa política e econômica da totalidade da classe operária. Só o proletariado como classe pode conduzir a revolução à vitória. Tudo mais é superstição, demagogia, charlatanice política (Rühle, 1975b, p. 161)²³.

Rühle não poupa os sindicatos: “o que foi dito acerca dos partidos, dos *leaders* partidários e das táticas partidárias aplica-se ainda melhor aos sindicatos” (Rühle, 1975a, p. 93). A eliminação do capitalismo nunca foi objetivo dos sindicatos e este sistema econômico sempre foi considerado algo dado para eles. Se nos seus primeiros momentos os sindicatos tiveram um papel importante na luta operária, isso não ocorre mais. Contratos, negociação, acordos, são os elementos que existem na política sindical. Uma clique²⁴ de funcionários e *leaders* tomaram conta dos sindicatos e os operários não participam mais de sua vida.

Os sindicatos tornaram-se, portanto, com o decorrer do tempo, órgãos da charlatanice social pequeno-burguesa, cujo valor para o operário se reduziu a nada, uma vez que sob a pressão da desvalorização do dinheiro e da miséria econômica, a solvência de todos os fundos de assistência foi anulada. Mas mais ainda: em consistência lógica com a tendência para a comunidade de interesses entre capital e trabalho, os sindicatos desenvolveram-se no sentido de órgãos auxiliares dos interesses econômicos capitalistas-burgueses, e, portanto, da exploração e da obtenção de lucros. Tornaram-se os mais leais escudeiros da classe burguesa, as mais seguras tropas de proteção para a finança (Rühle, 1975a, p. 98).

Rühle descreve a ação contrarrevolucionária dos sindicatos na Revolução Alemã e sua oposição aos conselhos operários e outras formas de auto-organização dos trabalhadores. Eles foram transformados de

²³ Aqui o pensamento de Rühle retoma, sem ter a pretensão disso, a tese básica de Marx da autoemancipação proletária.

²⁴ Clique é um termo pouco usado no Brasil e com uma frequência um pouco maior em Portugal com o significado acima. No sentido sociológico, é um grupo social excessivamente exclusivista, com poucos membros, que restringe a entrada de outras pessoas, sendo equivalente ao que é chamado, nas representações cotidianas, como “panelinha”, “igrejinha”, ou “clube do bolinha”.

“armas dos trabalhadores” em “armas contra os trabalhadores”. Por isso qualquer pretensão de revolucionar os sindicatos é uma ação ridícula e impossível²⁵. Mudar o pessoal nada muda. Rühle encerra sua discussão sobre os sindicatos com a seguinte conclusão: “tais instituições, geralmente perigosas e contrarrevolucionárias, inimigas dos trabalhadores, só podem ser destruídas, aniquiladas, exterminadas” (Rühle, 1975a, p. 99).

A Revolução Proletária

Rühle, em seus escritos políticos, buscou efetivar uma luta constante contra a burocracia e as influências burguesas. Daí o seu foco na revolução proletária como distinta da revolução burguesa. O Estado e o parlamento não são instrumentos para a transformação social, como querem os reformistas e nem partidos e sindicatos, como querem alguns “ditos” revolucionários. Segundo Rühle,

A revolução proletária é, em extensão, conteúdo, tendências, táticas de luta e objetivos, completamente diferente da revolução burguesa. É a revolução social e encontra a sua conclusão com o estabelecimento de um socialismo sem chefes, sem Estado e sem autoridade (Rühle, 1975a, p. 56).

A concepção tradicional (e não marxista) pensa a revolução através do partido, sindicatos, conquista ou uso do Estado e parlamento. Isto tudo foi recusado por Rühle como sendo estratégia burguesa, política burguesa. Da revolução burguesa à revolução proletária há muita distância e diferença. Porém, quais são as formas da luta proletária pela instituição da autogestão social, ou, como diz Rühle, pelo socialismo? Já que houve um afastamento do partido, sindicatos, parlamento, por um setor considerável do proletariado durante a Revolução Alemã, então como se

²⁵ “Seguindo os conselhos de Lênin, os comunistas tentaram todos os métodos possíveis para reformar os sindicatos. O resultado foi nulo. Nula igualmente a sua tentativa para constituir os seus próprios sindicatos. A concorrência sindical entre socialdemocratas e bolcheviques era uma concorrência na corrupção” (Rühle, 1978, p. 274);

dá a luta revolucionária do proletariado?

Ao princípio parecia no ar, não muito claramente, a solução positiva, que só ganhou forma com o tempo, no decurso de muitas lutas e discussões. O sindicato revolucionário dos operários americanos, IWW, surgiu como modelo, embora só conhecido de poucos. A juntar a isto, precisamente no período revolucionário, a ideia do sistema de conselhos, que desempenhara um grande papel na Rússia, começava a ser avidamente discutida e situava-se no centro de todas sugestões práticas e tentativas de socialização. As greves “selvagens” que rebentaram por toda a parte e eram desencadeadas contra a vontade dos sindicatos, deram lugar à eleição de comitês de ação revolucionária, aos quais em breve se seguiram conselhos operários revolucionários. Finalmente, o movimento cresceu, primeiro na região do Ruhr entre os mineiros, no sentido da luta por organizações de fábricas revolucionárias (BOs)²⁶. Estas BOs, agrupadas localmente e mais tarde unidas por áreas econômicas numa organização unitária de conselhos, em breve se tornaram a ideia principal e o objetivo primário do movimento que fluiu para a União como novo veículo organizacional da vontade de luta dos trabalhadores revolucionários. Não decidida nas sedes oficiais dos *leaders*, não transmitida pela propaganda aos operários como uma invenção sutil, mas nascida como uma criação elementar do solo das lutas mais vigorosas e sérias, em breve tornou independente como objeto dos mais acesos conflitos de opinião e debates, no centro do movimento revolucionário (Rühle, 1975a, p. 108).

²⁶ BO = *Betrieb Organization*, organização de fábrica, conselho de fábrica.

O movimento das uniões operárias é um movimento econômico, pois somente na fábrica o operário é um proletário. Fora da fábrica, seu modo de pensar e sentir é burguês, é dominado pela ideologia pequeno-burguesa, é educado pela escola burguesa, no casamento reproduz a vida burguesa na relação com a mulher e os filhos, a família se torna uma mônada egoísta. Na fábrica é outra pessoa, deve se defrontar com o capitalista, face a face. E é da fábrica que brota os conselhos de fábrica ou

BOs. Elas são federativas e sem centralismo, seus membros são autônomos e independentes. Elas controlam a si mesmas. Não é partido nem sindicato, não faz contratos nem é uma instituição. Partidos e sindicatos se organizam através do centralismo, da burocracia. As organizações de fábrica possuem outra lógica. A sua organização se dá pela auto-organização e decisão coletiva, bem como pela escolha de delegados para efetivar as decisões tomadas. Os delegados se reúnem com os delegados de outras organizações de fábricas para manifestar as decisões da sua própria organização. As organizações de fábrica se reúnem numa organização maior e mais forte, que é a União Operária. Esta une as organizações regionais de fábrica e é centralista e federalista. “Aí reside a grande superioridade da União Operária sobre todas as outras organizações. É mais completa do que qualquer associação meramente federalista ou meramente centralista”, pois cria uma síntese entre federalismo e centralismo, “é ambas sem as desvantagens de nenhuma delas” (Rühle, 1975a, p. 113).

Otto Rühle apresenta os princípios da primeira União Operária que surgiu em 1921 na Saxônia:

1. A AAU é a organização política e econômica integrada do proletariado revolucionário.
2. A AAU luta pelo comunismo, pela socialização da produção, das matérias-primas, meios e energia e dos bens necessários produzidos com elas. A AAU pretende estabelecer a produção e distribuição planificadas em lugar dos atuais métodos capitalistas.
3. O objetivo último da AAU é a sociedade sem dominação: a via para este alvo é a ditadura do proletariado como classe. A ditadura do proletariado é o exercício exclusivo da vontade dos trabalhadores para o estabelecimento político-econômico da sociedade comunista por meio da organização dos conselhos.
4. As tarefas imediatas da AAU são: a) esmagar os sindicatos e os partidos políticos, esses obstáculos principais à unificação da classe proletária e ao avanço da revolução social, que não pode ser assunto para partidos nem sindicatos. b) O agrupamento do

proletariado revolucionário nas fábricas, o embrião da produção, a base da sociedade futura. A forma desse agrupamento é a organização de fábrica (BO). c) O desenvolvimento da autoconsciência operária e no sentido de solidariedade. d) Preparar todas as medidas necessárias à construção política e econômica.

5. A AAU rejeita todo o reformismo, métodos oportunistas de luta; volta as costas a toda a participação parlamentarista e aos conselhos operários legalizados, pois estes representam uma sabotagem à ideia dos conselhos.

6. A AAU renuncia fundamentalmente ao dirigismo profissional. Os chamados *leaders* só podem ser considerados traidores.

7. Todas as funções da AAU são honorárias.

8. A AAU vê a luta da libertação do proletariado não como uma questão nacional, mas internacional. Portanto, a AAU trabalha pela reunião do proletariado revolucionário do mundo numa “Internacional Conselhistas” (Rühle, 1975a, p. 115).

A ideia que perpassa a União Operária é que a transformação radical do capitalismo em comunismo se dá via expropriação dos meios de produção, que só pode se completar através da ditadura do proletariado, ou seja, do conjunto da classe. “O instrumento da transformação é o sistema de conselhos revolucionários”, este, organizado na União, antecipa os traços da futura sociedade fundada nestas formas de auto-organização. Eles trazem a necessidades de novas táticas e ações. Fazem a ponte entre a luta revolucionária e a sociedade comunista do futuro.

Assim, Rühle recorda Marx e a Comuna de Paris como precursores da ideia do sistema de conselhos. A Comuna foi a primeira manifestação histórica de quebra do poder estatal. Da mesma forma, Marx anunciava, em sua análise da Comuna e outros textos, a necessidade de abolição do poder estatal. Estas seriam fontes para se pensar a futura sociedade comunista.

Segundo Rühle:

O sistema dos conselhos é a organização do proletariado correspondente à natureza da luta de classes, como da futura sociedade comunista. Se Marx disse que a classe operária não podia simplesmente tomar a máquina governamental do Estado capitalista, mas tem que encontrar a sua própria forma para realizar a tarefa revolucionária, este problema resolve-se na organização dos conselhos (Rühle, 1975a, p. 121).

Assim, Otto Rühle realiza uma análise da revolução burguesa e sua diferença em relação à revolução proletária para mostrar a essência desta última e, por conseguinte, que os métodos e práticas devem ser radicalmente diferentes dos realizados pelas revoluções burguesas, incluindo a revolução bolchevique. O bolchevismo teria até mesmo um parentesco com o fascismo, tal como Rühle coloca em seu texto *A Luta contra o Fascismo começa com a Luta Contra o Bolchevismo*. Esse parentesco viria de várias posições semelhantes (nacionalismo, autoritarismo, regime ditatorial, etc.).

A tese da organização unitária defendida por Rühle não foi unânime no interior da esquerda revolucionária alemã e no comunismo de conselhos. Hermann Gorter defendia a necessidade de uma organização política revolucionária para reforçar a luta das uniões operárias e outras tarefas que elas não poderiam, num primeiro momento, executar (Lefeuve, 2008; Mattick, 1976). As organizações de fábrica, nessa abordagem, deveriam conviver com uma organização revolucionária, enquanto que, para Rühle, esta era dispensável. E assim, uma das Uniões Operárias ficou como organização unitária, sem vínculo com o KAPD e a outra manteve vínculos com ele, expressando as duas posições.

Considerações Finais

Depois dessa síntese do pensamento de Otto Rühle sobre a revolução proletária²⁷ podemos fazer algumas observações críticas. A sua

²⁷ Que remete, em sua

análise das organizações burguesas e burocráticas é correta e a eclosão do movimento revolucionário do proletariado facilitou essa percepção, o que foi reforçado pela contrarrevolução burocrática na Rússia. Da mesma forma, sua análise das formas de auto-organização do proletariado (organizações de fábrica, conselhos operários, uniões operárias) é fundamental para se pensar as formas de autoemancipação do proletariado. A sua crítica ao bolchevismo e aos partidos (em geral, inclusive os de esquerda), também são fundamentais.

Contudo, alguns pontos do pensamento de Rühle são problemáticos e por isso ele foi acusado de “economicismo” ao focalizar apenas as lutas nas unidades de produção. O trabalhador estaria dominado pelo espírito burguês fora das fábricas e lá, devido ao conflito de classe direto, assumiria posições mais avançadas. Essa é uma possibilidade, embora seja uma tendência, existem contratendências que são outras determinações que podem ser obstáculos para a concretização disso. A luta de classes se revela mais complexa e por isso outros comunistas de conselhos se atentaram para a questão da consciência, tal como Korsch e Pannekoek, e outro para a questão da organização revolucionária no sentido de apoiar a luta proletária, como Gorter.

Obviamente que, no bojo de uma ascensão revolucionária do proletariado, então a ênfase de Rühle é compreensível, mas, mesmo assim, a análise da totalidade da luta de classes é fundamental, inclusive para que o processo de derrota da revolução proletária não ocorra é preciso lutar em várias frentes simultaneamente²⁸. Nesse sentido, a obra de Rühle é fundamental, mas é preciso ser percebida criticamente, no sentido do marxismo não-dogmático proposto por Karl Korsch (Korsch, 1977; Viana, 2012a). A teoria da revolução proletária de Otto Rühle é um bom ponto de partida que, incluindo os elementos ausentes de sua análise, fornecem mais uma contribuição para se pensar as lutas sociais contemporâneas e o processo de luta pela transformação radical da sociedade capitalista. Para isso, também se faz necessário entender as contradições atuais do capitalismo – e seria um retorno do dogmatismo querer retomar o

concepção, a uma comparação com a revolução burguesa, no sentido de mostrar as diferenças entre ambas e o movimento revolucionário do proletariado abandonar as armas de luta da burguesia: Estado, parlamento, partidos, sindicatos.

²⁸ Tal como coloca Korsch, a luta revolucionária deve ser “desenvolvida em todos os setores da realidade social contra a totalidade da realidade social atual” (Korsch, 1973, p.132).

comunismo de conselhos em sua pureza original e desconsiderar as mudanças históricas e sociais e seus efeitos nas lutas de classes na contemporaneidade. Tal como coloca Paul Mattick:

As mais poderosas coações sobre os homens são verdadeiramente irrisórias se comparadas com as formidáveis contradições que dilaceram o mundo de hoje. Otto Rühle tinha razão ao indicar que as atividades que fariam descer o prato da balança social a favor do socialismo não seriam descobertas por meio de métodos ligados às atividades anteriores nem às organizações sociais tradicionais. Deviam ser descobertas no seio das relações sociais em transformação, que são ainda determinadas pela contradição entre as relações capitalistas de produção e a direção do movimento das forças produtivas da sociedade. Descobrir estas relações, isto é reconhecer a revolução a partir das realidades de hoje será a tarefa dos que continuarem a avançar segundo o espírito de Otto Rühle (Mattick, 1976, p. 138).

Essa é uma síntese que avança. Porém, hoje é preciso ir além dela também. As formas de repressão e coerção são enormes e mudaram, precisam ser compreendidas e atacadas. Porém, as formas de pseudestesia de alegria ou as ilusões consumistas ou conformistas, o ataque às utopias, o microrreformismo e processos de cooptação de amplos setores sociais, também devem ser consideradas, no contexto de uma análise totalizante do capitalismo contemporâneo, que vive sob a dinâmica da acumulação integral (Viana, 2009). Assim, a contribuição de Rühle é reforçada por outras contribuições e por sua concretização na historicidade do capitalismo contemporâneo, aumentando seu poder explicativo e potencial revolucionário.

Referências

KORSCH, Karl. El Joven Marx como Filósofo Activista. In: SUBIRATS, Eduardo e outros. **Karl Korsch o el Nacimiento de una Nueva Época**. Barcelona, Anagrama, 1973.

KORSCH, Karl. **Marxismo e Filosofia**. Porto, Afrontamento, 1977.
LEFEUVRE, René. **Mas Allá del Partido**. *Evolucion del Concepto de “Partido” desde Marx*. Madrid, Spartacus, 2008.

LÊNIN, W. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**. 6ª edição, São Paulo, Global, 1989.

MATTICK, Paul. Otto Rühle. In: MATTICK, Paul. et al. **Comunistas de Conselhos**. Coimbra, Centelha, 1976.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, UnB, 1981.

RÜHLE, Otto. A Luta Contra o Fascismo Começa pela Luta contra o Bolchevismo. In: KORSCH, Karl et. al. **A Contra-Revolução Burocrática**. Coimbra, Centelha, 1978.

_____. A Revolução não é Tarefa de Partido. In: AUTHIER, Denis (org.). **A Esquerda Alemã (1918-1921)**. “Doença Infantil ou Revolução?”. Porto, Afrontamento, 1975b.

_____. **Da Revolução Burguesa à Revolução Proletária**. Porto, Publicações Escorpião, 1975a.

_____. Informe sobre Moscú. In: APPEL, Jan et al. **Ni Parlamento Ni Sindicatos: ¡Los Consejos Obreros!** Los Comunista de Izquierda en la Revolución Alemana. Madrid, Ediciones Espartaco Internacional, 2004a.

_____. Moscú y Nosotros. In: APPEL, Jan et al. **Ni Parlamento Ni Sindicatos: ¡Los Consejos Obreros!** Los Comunistas de Izquierda en la Revolución Alemana. Madrid, Ediciones Espartaco Internacional, 2004b.

VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania**. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003,

_____. **Karl Korsch e a Concepção Materialista da História**. Florianópolis,

Bookess, 2012a.

_____. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. São Paulo, Ideias e Letras, 2009.

_____. **Rosa Luxemburgo e a Autogestão Social**. Florianópolis, Bookess, 2012b.

Documentos Históricos do MovAUT

Nota Introdutória: entendendo o contexto

Os textos abaixo, dedicados neste número a preencher esta seção de nossa revista destinada a publicar e divulgar alguns dos documentos históricos do *Movimento Autogestionário* compõe-se de quatro panfletos distribuídos em dois movimentos grevistas dos trabalhadores em educação de Goiás. A panfletagem é uma estratégia, entre outras, de divulgar determinadas idéias. Quando o *Movaut* faz seus panfletos tem sempre o claro objetivo de criticar alguns elementos da ordem existente a fim de colocar a tendência, a possibilidade de se criar novas formas de organização e prática política. Os panfletos abaixo tinham a intenção deliberada de cumprir este papel.

São, em primeiro lugar, destinados aos trabalhadores em educação envolvidos nos movimentos grevistas. A intenção dos panfletos era apresentar a possibilidade e mais que isto, a necessidade de os trabalhadores em greve avançarem cada vez mais sua luta. Nunca pretendemos dar uma receita pronta e acabada, mas nos esforçamos para demonstrar que o que existe é problemático e que é necessário superá-lo. Em segundo lugar, era destinado a criticar os partidos e os sindicatos.

Os dois primeiros panfletos: “*Inventar novas formas de luta: por uma ação além do sindicato*” e “*Para ampliar a luta: intensificar a greve dos trabalhadores em educação*” foram distribuídos pelo *Movaut* na greve dos professores dos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia durante os meses de maio a julho de 2010. A tarefa declarada dos panfletos era: a) criticar o Sintego, sindicato petista que monopoliza e trava a luta dos professores em Goiás desde a década de 1980; b) criticar os partidos políticos, que tentam utilizar a greve como plataforma eleitoral; c) apresentar a necessidade de auto-organização como forma de superar o *status quo*; d) demonstrar que a luta por salários é somente o primeiro passo da luta, sendo necessário superar-se a si mesma a cada momento.

Os dois últimos panfletos: “*A greve na educação e autonomia dos professores*” e “*O Sintego – estratégia de uma política decadente*” foram

elaborados e distribuídos pelo Movaut durante a greve dos professores da rede estadual de educação durante os meses de fevereiro e março de 2012. Da mesma forma que os anteriores, sempre foi colocada a necessidade de se superar as organizações burocráticas (partidos e sindicatos), bem como a estratégia de auto-organização como forma alternativa de luta em detrimento dos organismos burocráticos.

Inventar novas formas de luta: por uma ação além do sindicato

Professores, nós vivemos no século XXI, mas nossos sindicatos são do século XIX. Surgiram como organizações de trabalhadores, mas que com o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, com o aumento da burocratização e mercantilização das relações sociais, os sindicatos tornaram-se organizações completamente integradas ao capitalismo. Além de estarem integrados, os sindicatos criam uma classe social que tem interesses próprios: a BUROCRACIA SINDICAL. Os sindicalistas não são professores, mas burocratas sindicais. Em grande parte, estão atrelados às esferas partidárias e governamentais, por isto, não vão contra os governos, não vão contra os partidos e é por isto que vão CONTRA OS TRABALHADORES.

Se num passado muito distante os sindicatos já serviram como forma de organização e luta dos trabalhadores, hoje, eles não servem mais. O mesmo vale para os partidos políticos. A diferença é que estes já nasceram integrados e ao invés de representarem os trabalhadores, simplesmente fortalecem a BUROCRACIA PARTIDÁRIA. Assim, partidos e sindicatos devem ser negados como forma de luta e organização dos trabalhadores.

Isso quer dizer que não devemos esperar o SINTEGO fazer aquilo que somente os professores podem fazer. O exemplo mais recente que temos é a experiência dos professores da rede municipal de ensino de Goiânia que fizeram a GREVE apesar do sindicato e contra o sindicato. Em que pese este tenha aderido a GREVE, não foi por que quis, mas sim por que foi obrigado. Não foram os professores que aderiram à greve do SINTEGO, mas sim o SINTEGO que aderiu à greve dos professores. Isto prova que os sindicatos não são tão necessários quanto se pensa.

Então, como agir? Não há a fórmula mágica que irá resolver todos os problemas. O que há é a necessidade de se criar novas formas de ação política. Os professores da rede municipal de Goiânia estão utilizando seus

comandos regionais de greve como formas de organização, em sua maioria independentemente do SINTEGO. Uma outra alternativa seria a **criação de núcleos de professores** organizados por escolas, bairros, regiões da cidade etc. Estes núcleos teriam como função debater as condições de trabalho, encaminhar propostas de luta, enfim, organizar a ação coletiva dos professores, no início em escala local, depois municipal, estadual etc.

Assim, convidamos todos os professores que estão cansados de dizer sim aos governos, aos partidos e ao SINTEGO, a utilizarem esta assembléia como uma primeira experiência de forma organizativa para além do sindicato. O **Movimento Autogestionário** quer contribuir, dentro de suas possibilidades, com este processo.

Para ampliar a luta: intensificar a greve dos trabalhadores em educação

Os professores da rede municipal de Goiânia e Aparecida de Goiânia têm demonstrado toda sua força e coragem ao declararem e sustentarem a greve. Demonstraram que tem força suficiente para ir contra a direção do SINTEGO, que, desde o início, tem provado que não a quer. Da primeira à última assembléia, o conjunto dos professores teve que sustentar seus pontos de vista além do sindicato. Assim, é necessário reconhecer como opositores: a) a prefeitura/secretaria de educação; b) o SINTEGO.

Um outro elemento que deve ser destacado é a ação repressiva do estado. Este, por meio da polícia, vem empreendendo uma política ostensiva de repressão aos professores. Tanto em Goiânia, quanto em Aparecida, o que se vê é a polícia batendo e prendendo professores que reivindicam que o município cumpra a lei. Parece até que as coisas estão invertidas, mas não estão. A função do estado e da polícia é justamente esta. Manter tudo como está. Se para isto for necessário a repressão que assim seja.

De qualquer forma, os professores de Goiânia e Aparecida estão provando que é por meio da auto-organização, através dos comandos de greve, que se conquistam vitórias reais. Agora é hora de ampliar a luta. A consciência de que as conquistas não vem de cima já é uma realidade dentro do movimento grevista. Mas e agora, o que se pode fazer? Como ir além do que já está posto?

É necessário seguir a dinâmica concreta das lutas. Não se pode fugir da realidade. É por isto que os professores da rede municipal de Goiânia devem colocar como pauta de sua reflexão: a) não esperar pelas assembléias e paralisações do SINTEGO para se reunirem; b) convidarem os pais e alunos para reuniões periódicas nas escolas, nas quais se discutam questões pertinentes à educação, à greve etc.; c) fortalecer seus comandos de greve, convocando e indo às reuniões; d) criar espaços de

debate e organização permanentes nas escolas, nos bairros etc. Enfim, devem auto-organizar suas próprias lutas.

Através destas formas de luta e organização, os professores podem questionar: a) as normas burocráticas (leis, regras, diários etc.) que os oprimem cotidianamente na escola, a super-lotação de salas, as más condições de trabalho, além, é claro, os baixos salários, piso salarial etc. Ou seja, a luta é muito mais do que meramente reivindicação salarial, em que pese esta seja fundamental. **Usar a luta pelo salário para questionar tudo o que é opressor na escola.** Esta deve ser uma bandeira de luta de todos aqueles que desejam outra educação.

Um escravo jamais será libertado pelo senhor de escravos. **A libertação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores.** Isto implica que não serão os partidos, não serão os sindicatos, não será o estado (que reprime com a polícia), nem muito menos os patrões que melhorarão as condições de existência dos trabalhadores. Somente eles, contra todas as classes dominantes poderão fazê-lo. Assim, concretamente, auto-organizem suas próprias lutas, pois, como diria Mayakovski: “Pobre o povo que precisa de heróis”. Numa única palavra: não há mudança sem luta, não há luta sem auto-organização, não há auto-organização sem pessoas para lutar.

A greve na educação e a autonomia dos professores

A educação para os filhos de trabalhadores não é prioridade para o estado em qualquer de suas escalas (municipal, estadual e federal). Esse fato torna-se visível quando acompanhamos a situação da educação pública em nosso país. O massacre diário que os trabalhadores da educação sofrem pela burocracia institucional, tal como jornada de trabalho tripla, desregulação das conquistas trabalhistas, imposições de gabinetes, aumento da idade para aposentadoria, precariedade física das escolas, o confinamento de crianças nessas condições etc. mostra a maneira como a classe dominante lida com a educação da classe trabalhadora. O estado em Goiás é um exemplo desses fatos, tanto nos governos municipais como no governo estadual, o descompromisso e os poucos recursos destinados à educação mostram o processo epidêmico de descaso que existe no estado.

Diante desse quadro, os trabalhadores da educação em Goiás foram forçados a mais uma greve contra a situação de calamidade na qual se encontram. É necessário, neste momento, reconhecer todos os interesses e grupos envolvidos no processo. O governo precariza o trabalho dos servidores em educação; O judiciário, antes de qualquer coisa já declarou a greve ilegal; O Sintego, na assembléia de deflagração da greve tentou, como fez todo o ano passado, não deflagrar a greve da categoria, pois teme perder o controle sobre os professores; os partidos políticos, quando não estão no poder, sempre tentam fazer da greve um palanque para lançar seus candidatos, quando estão no poder (o PT, por exemplo) são uma força que visa controlar e submeter os trabalhadores em greve.

Vejam-se os exemplos das últimas greves em Goiás. Em 2008, o então diretor do Sintego aceitou passivamente o corte de ponto dos grevistas e coincidentemente tornou-se secretário de educação da

prefeitura de Aparecida de Goiânia; em 2010 os trabalhadores da educação da prefeitura de Goiânia tiveram sua greve terminada pela direção do Sintego, além de enfrentar constantes sabotagens efetivadas por este sindicato com a intenção de acabar com a greve. No entanto, os professores não aceitaram as manobras e continuaram com a mobilização até o último momento, mesmo contra a direção do sindicato.

Se todos aqueles que dizem nos representar são, na verdade, opositores, o que se há para fazer? Não existe obviamente a fórmula mágica que resolverá todos os problemas, mas partidos e sindicatos são um tipo de organização que não serve mais aos interesses dos trabalhadores. É necessário que estes afirmem-se por si mesmos, criando organizações as quais estão sob seu controle (os professores não controlam o Sintego, pois seus dirigentes são autônomos em relação aos docentes). Que organização poderia-se então criar? Seguindo o exemplo dos professores da Prefeitura de Goiânia: o comando de greve é uma ótima iniciativa. Pode ser uma organização estadual, municipal, por local de trabalho etc. O importante é que seja controlada diretamente pelos trabalhadores em educação. Esta assembléia é um ótimo espaço para se iniciar esta articulação. *Não deixe para seus “representantes” aquilo que somente você pode fazer.*

O SINTEGO – estratégia de uma política decadente

Caros professores em luta, a classe trabalhadora deve estar ciente de que os governos existem para garantir privilégios para si mesmos e auxiliar os capitalistas a enriquecerem, cada vez mais, às custas dos trabalhadores. Assim como os demais, o governo Marconi Perillo não foge a esta regra. Por isso, ao admitir regulamentar o Piso Salarial Nacional dos professores da rede estadual, reduziu as gratificações de titularidade previstas no Plano de Carreira. Em parte, os governos fazem isso porque os sindicatos já não representam nenhum obstáculo a esse tipo de medida contra os direitos dos trabalhadores. Na verdade, há muito tempo que essas entidades deixaram de ser um instrumento de luta contra a exploração da classe trabalhadora.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a crescente burocratização das relações sociais, os sindicatos tornaram-se organizações completamente integradas ao sistema de dominação. Além de estarem integrados, criam um grupo de dirigentes profissionais com interesses próprios: a BUROCRACIA SINDICAL. Os sindicalistas não são trabalhadores (professores), são burocratas. Em grande parte, estão atrelados às esferas partidárias e governamentais, por isso, não vão contra os governos, nem contra os partidos, e é por isto que vão CONTRA OS TRABALHADORES.

Tão prejudiciais quanto os sindicatos, são os partidos políticos. A diferença é que estes já nasceram integrados e, ao invés de representarem os trabalhadores, simplesmente fortalecem a BUROCRACIA PARTIDÁRIA. Assim, partidos e sindicatos devem ser negados como forma de luta e de organização dos trabalhadores. Isso quer dizer que não devemos esperar o SINTEGO fazer aquilo que somente os professores podem fazer. O SINTEGO vem demonstrando ao longo da história que tem compromissos bastante alheios aos interesses dos professores e isto se expressa na prática política dos seus dirigentes. Por exemplo, na greve de 2008, a sua

diretoria admitiu o corte de pontos dos professores sem a devida resistência. O estranho foi que, no ano seguinte, o seu então presidente se tornou Secretário de Educação de Aparecida de Goiânia. Em 2010, devido à vinculação partidária do SINTEGO com o PT, a diretoria deste sindicato sabotou a todo momento a greve dos professores da rede municipal de Goiânia. Por fim, como não conseguia controlar a radicalidade dos professores, a sua presidente decretou o fim da paralisação, mesmo contra a vontade da categoria.

Agora, é momento dos professores tomarem em suas próprias mãos os rumos de sua luta. Deixar que o SINTEGO conduza todo o processo é permitir novamente a traição. É necessário inventar novas formas de organização e ação política. Os partidos e os sindicatos estão contra os professores e os trabalhadores em geral.

Sem os partidos e sem os sindicatos, como se organizar politicamente? O comando de greve, formado pelos próprios trabalhadores, é uma forma de organização e ação política que pode agir para além do sindicato e mesmo contra a sua burocracia. Isto ficou claro na greve dos professores de Goiânia, que colocaram o comando de greve (ou de luta) como força política do movimento. Os comandos podem ser organizados por município, por região, por local de trabalho etc. A assembleia pode ser um ótimo espaço para articular comandos de greve, núcleos de professores etc. que se organizem e coloquem a condução da luta em suas próprias mãos. O Movimento Autogestionário (Movaut) quer contribuir com a auto-organização dos professores, sem jamais pretender dirigi-los, como fazem as burocracias sindical e partidária. A direção da luta dos trabalhadores contra a exploração e pelos seus direitos só compete aos próprios trabalhadores. A ninguém mais.

Revista eletrônica de circulação livre